

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	11
5.4 - Programa de Integridade	14
5.5 - Alterações significativas	19
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	20

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	21
10.2 - Resultado operacional e financeiro	47
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	51
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	52
10.5 - Políticas contábeis críticas	57
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	59
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	60
10.8 - Plano de Negócios	61
10.9 - Outros fatores com influência relevante	63

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Riscos (“**SCGR**”) definido a nível Holding (“**Enel SpA**”), que estabelece as diretrizes na gestão dos riscos através das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., para aplicar nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente. Estas são aprovadas pelo Conselho de Administração da Enel SpA, o qual abriga um Comitê de Controles e Riscos, que dá suporte à avaliação e decisões do Conselho, relativas aos controles internos e sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relativas à aprovação das demonstrações financeiras periódicas.

O sistema de gestão de riscos do Grupo Enel considera as três linhas de ação (de defesa) para obter um gerenciamento eficaz e eficiente de riscos e controles, onde o controle da unidade de negócio é a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos, as diversas funções de controles internos desenvolvidos para assegurar a ótima gestão de riscos e supervisão de conformidade estabelecidas pela unidade de negócio são a segunda linha de defesa e a avaliação independente é a terceira. Cada uma dessas três “linhas” desempenha um papel distinto dentro da estrutura mais ampla de governança da organização. Cada linha de defesa tem obrigação de informar e manter atualizada a alta administração e Diretores sobre a gestão de riscos, sendo que a Alta Administração é informada pela primeira e segunda linha de defesa e o Conselho Administrativo (Diretores) pela segunda e terceira linha de defesa.

A área de Gerenciamento de Riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000: 2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes atuais desta norma internacional para gerenciar riscos da empresa, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) preventivamente, analisá-los e avaliá-los para quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, e seu tratamento, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação junto às áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes Riscos, trabalhando em conjunto com a área de Gestão de Riscos. Na fase de tratamento de riscos, são consideradas as ações necessárias cobertas pelas políticas e procedimentos internos, bem como a estrita observância das normas internacionais (**ISO** e **OSHAS**) e das regulamentações governamentais, a fim de garantir boas práticas de governança e a continuidade dos negócios.

A gestão dos Controles Internos visa garantir que as atividades do negócio, à luz deste tema, permitam mitigar os riscos relacionados à observação e à aplicação rigorosa de todos os procedimentos e normas atuais, ambos relacionados ao cumprimento da metodologia do Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Twayread (“**COSO**”). Esta área atende a todos os requisitos para o monitoramento periódico da Lei Sarbanes Oxley, incluindo a certificação semestral desses controles de auditoria externa e para definir em conjunto os Proprietários de Processos e Proprietários de Controles ações para mitigar as deficiências dos controles endereçados pelos Auditores Externos Independentes e melhorar continuamente os processos, bem como, monitorar a implementação do mesmo e comunicar o status a Alta Administração. Os órgãos governamentais e a Alta Administração são os principais Stakeholders atendidos pelas “linhas de defesa” e são as partes mais bem colocadas para ajudar a garantir que o modelo de três linhas de defesa se aplique aos processos de gestão e controle de riscos da organização.

O sistema de gestão de riscos do Grupo Enel está sujeito a testes regulares e auditorias, levando em conta a evolução das operações corporativas e a situação em questão, bem como as melhores práticas e diretrizes de regulamentos internos e regulamentos internacionais como ISO 31000: 2018 (G31000), COSO, ITGC, etc.

A Companhia possui um Comitê de Crise que visa garantir a clareza, rapidez e eficiência da tomada de decisões e comunicação interna e externa para a gestão de qualquer evento que possa comprometer a segurança das pessoas, a continuidade do serviço público e empresarial, meio ambiente, proteção patrimonial, imagem, reputação e gestão da empresa, bem como minimizar os impactos nas partes interessadas para garantir a rápida restauração das condições operacionais normais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração da Enel SpA, o qual abriga um Comitê de Controles e Riscos, estabelece as diretrizes na gestão dos riscos através das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., para aplicar nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

O objetivo da Política de Gestão de Riscos é o de indicar as diretrizes, responsabilidades, mecanismos e procedimentos internos para a gestão de fatores de riscos inerentes aos negócios da Companhia, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção, utilizando 6 macrocategorias de riscos, a saber: Financeiros; Estratégicos; Governança e Cultura; Tecnologia Digital, *Compliance*, Operacional e 37 subcategorias de riscos.

A taxonomia de risco e sua gestão abrange o processo completo de avaliação de risco (identificação, análise e avaliação) de acordo com a Norma ISO 31000:2018, refletindo claramente os riscos avaliados, mostrando as probabilidades e impactos quantificando-os antes e depois das ações de mitigação.

Financeiros: englobam riscos de mercado (relacionados a mudanças no cenário macroeconômico, as quais são ocasionadas por alterações nas taxas de juros, de câmbio e na expectativa inflacionária) e riscos de crédito (possibilidade de contrapartes não honrarem seus compromissos), liquidez e adequação da estrutura de capital e acesso ao financiamento.

Estratégicos: representam os riscos que afetam a estratégia ou continuidade do negócio e/ou seus objetivos estratégicos e estão relacionados, por exemplo, à inovação, planos de investimento, novos clientes, novos *players*, desenvolvimento legislativo e regulatório, tendências macroeconômicas e geopolíticas, mudanças climáticas, entre outros.

Tecnologia Digital (*cyber security*): relacionados à sanções judiciais administrativas, perdas econômico-financeiras e danos à reputação como consequência de ataques cibernéticos e roubos de dados corporativos e clientes sensíveis ou massivos, atribuíveis à falta de segurança da informação, segurança de redes, sistemas operacionais, bancos de dados, digitalização, eficácia de TI e que possam afetar a continuidade do serviço.

Compliance: risco de não-conformidade com regulamentação e/ou legislação (cíveis, trabalhistas, fiscais, ambientais, direito do consumidor e rescisões contratuais), que possa gerar exposição e penalidades legais, perdas financeiras e de reputação.

Operacionais: representam os riscos da operação e seu monitoramento visa garantir a disponibilidade, qualidade e eficiência dos processos e infraestrutura de distribuição e transmissão.

Governança e Cultura: risco de incorrer em perdas econômicas ou financeiras e danos à reputação como resultado de uma incapacidade de atingir as expectativas das partes interessadas (*stakeholders*) incluindo aspectos culturais.

Adicionalmente, dentre o conjunto de riscos monitorados relacionados à sustentabilidade, aqueles relacionados às mudanças climáticas são particularmente relevantes. Dois tipos podem ser distinguidos: (i) **riscos físicos associados às mudanças climáticas:** relacionados à ocorrência de condições climáticas extremas ou a mudanças graduais; e (ii) **riscos de transição para uma**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

economia de baixo carbono: relacionados a mudanças regulatórias/legais, políticas, tecnológicas e de mercado com efeito de curto, médio e longo prazo.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

A seguir, apresenta-se os grupos de riscos e como eles são tratados:

Financeiros: a Companhia segue a Política Global de Gerenciamento de Riscos Financeiros do grupo Enel, a qual estabelece parâmetros para proteger a Companhia de eventuais prejuízos em operações financeiras, bem como de falhas nos processos de registro, acompanhamento e avaliação. As determinações da Lei Sarbanes-Oxley orientam os controles internos e o processo de preparação e divulgação das informações financeiras. Os controles internos são monitorados e avaliados semestralmente através do sistema corporativo GRC. Adicionalmente, a Companhia acompanha sua exposição a contrapartes e segue critérios que classificam as contrapartes por nível de risco e limitam o seu nível de exposição a cada contraparte. Esta exposição é medida diariamente por meio dos fluxos de caixa diário e projetados, permitindo planejar a alocação adequada dos recursos disponíveis. A Companhia também se utiliza de instrumentos derivativos com o único objetivo de proteger suas posições financeiras sujeitas a variações cambiais e taxas de juros. O risco de oscilação do preço de energia é gerenciado por equipes especializadas em mercado energético, utilizando modelos estatísticos para demanda e hidrologia.

Estratégicos: são gerenciados pela área de *Risk Control South America* através da matriz de riscos, classificando-os de acordo com sua probabilidade e impacto, que pode ser quantitativo e/ou qualitativo, os quais são revisados mensalmente em reuniões de acompanhamento com os responsáveis pelo monitoramento e mitigação dos mesmos (*Country Managements* e *Risk Owners*).

Tecnologia Digital (*cyber security*): por se tratar de um risco transversal com impacto em todo o mundo, o grupo Enel possui uma área especializada ("**CERT**") e centralizada que monitora e apoia todas as empresas do grupo em relação a riscos dessa natureza. O CERT faz parte da área de Segurança Cibernética, composta pelo Escritório Técnico, que monitora as instalações em tempo integral, em busca de melhorias contínuas na proteção em toda a organização.

Compliance: para gerir esses riscos, a Companhia utiliza o controle de parâmetros. Há acompanhamento dos processos judiciais ou administrativos pelas áreas jurídicas da Companhia e uma área específica de Regulação acompanha também as determinações da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e promove a conformidade nas atividades da Companhia.

Operacionais: são gerenciados por meio de procedimentos e normas formais comerciais, operacionais e de execução. Além disso, a Companhia possui diversos sistemas operacionais que também são utilizados como ferramentas na prevenção, identificação e monitoramento desses riscos.

Governança e Cultura: para gerenciar essa classe de riscos, que envolve o relacionamento com partes interessadas ("**stakeholders**"), há o acompanhamento diário da exposição e imagem da Companhia, sendo realizadas pesquisas periódicas com consumidores e formadores de opinião. Há ainda divulgação de normas de conduta entre colaboradores, ressaltando aspectos como ética e respeito ao ser humano e ao meio ambiente, em complemento ao Programa de Integridade da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração que objetiva garantir aderência aos requisitos da legislação brasileira Anticorrupção ("**Lei 12.846/13**"). Esse programa está inserido no Programa Global de *Compliance*, adotado pelas companhias do grupo Enel no Brasil.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: (i) aprovar as políticas de riscos propostas pelo *Controller* de risco da holding Enel Brasil S.A.; (ii) aprovar os limites de exposição propostos; (iii) autorizar quebras de limites; (iv) definir estratégias de riscos identificando planos de ação e instrumentos para mitigar os riscos; e (v) supervisão global do gerenciamento e controle de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A função de *Risk Control Latin America* atende a todos, e cada um dos países dentro da América Latina, sendo responsável pela gestão dos principais riscos Financeiros; Estratégicos; de Governança e Cultura; de Tecnologia Digital, de *Compliance*, e Operacional, bem como identificar outros riscos de forma ex-ante e definir em conjunto com os *Risk Owners* e *Risk Assessors*, as ações de mitigação, quantificação, planos de ação para controlar os riscos (endógenos e exógenos) inerentes em cada negócio para continuar no processo ex post com a contínua gestão de riscos, com a finalidade de eliminar, reduzir ou tratar os riscos associados e identificados, que impactam as Business Line de Infra-estrutura & Networking (I&N), Trading Generation (TGx), Geração (GT), Enel Green Power (EGP) e Enel X.

No âmbito de cada sociedade do grupo, incluindo a Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, e cada gestor responsável pelo processo operacional em que se origina o risco é também responsável pelo tratamento e pela adoção de medidas de controle e mitigação dos referidos riscos.

Adicionalmente, com o objetivo de monitorar o cumprimento das políticas internas, inclusive relacionadas a riscos, a Companhia conta com uma equipe de auditoria interna, responsável por realizar periodicamente auditorias e verificar se as políticas e controles estabelecidos estão em funcionamento.

Além do comitê de riscos e da Auditoria Interna, a Companhia conta ainda com uma área de Controles Internos que tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos. Essa área atende a todos requisitos de acompanhamento periódico da Lei Sarbanes Oxley, inclusive com certificação semestral desses controles por auditoria externa.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A gestão dos riscos está alinhada com os objetivos estratégicos da organização e envolve, além da área de Auditoria Interna e de Controles Internos, gestores das áreas de negócio e de apoio, definidos como *Process* e *Control Owners* dos riscos que afetam as demonstrações financeiras da Companhia. Portanto, eles utilizam suas estruturas específicas para o gerenciamento dos riscos, enquanto as áreas de Auditoria Interna e Controles Internos estão estruturadas para executar testes periódicos, assegurando a efetividade dos controles internos da Companhia.

A Companhia entende que a sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a. política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia segue a Política Global de Gerenciamento de Riscos Financeiros do grupo Enel (Policy no 349), a qual estabelece parâmetros para salvaguardar a Companhia de eventuais prejuízos em operações financeiras, bem como de falhas nos processos de registro, acompanhamento e avaliação.

A Companhia adota estratégias visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos financeiros. Com essa finalidade, mantém processos gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

A Companhia tem como objetivos de gerenciamento de riscos: (i) manter um nível mínimo de caixa para assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção;

Dentre os riscos de mercado para os quais a Companhia possui mecanismos de proteção estão:

Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como de baixa probabilidade, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte, no caso de transações financeiras.

A Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específica. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com as seguintes classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**Tabela 5.2.b.i.1 (R\$ mil):**

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.12.2020	31.12.2019
AAA	601.441	275.400
AA+	4.704	95.784
AA	31.105	-
Total geral	637.250	371.184

Instrumentos Financeiros Derivativos	31.12.2020	31.12.2019
AA-	333.416	132.540
Total geral	333.416	132.540

Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a dólar. De forma a evitar este risco, sempre que aplicável, a Companhia contrata instrumentos derivativos (swaps) para as dívidas financeiras indexadas em moeda estrangeira (passando o custo para CDI, em Reais), com o objetivo estrito de proteção (Hedge). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2020 (valores em R\$ mil)).

	31.12.2020
Passivos em Moeda Estrangeira	
Empréstimos e Financiamento	1.106.303
Exposição Patrimonial	1.106.303
Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros	(1.104.663)
Exposição Cambial Total	1.640

Risco de encargos de dívida (taxas de Juros e inflação)

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em relação aos empréstimos indexados a taxas variáveis, que caracterizam o mercado brasileiro, no qual taxas prefixadas são ainda menos frequentes, a Companhia acompanha as taxas de juros e de inflação, de forma a observar oportunidades de contratar derivativos para se proteger contra possíveis flutuações destas taxas.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 89,94% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI e Libor).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía a seguinte exposição:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**Tabela 5.2.b.i.2 (R\$ mil):**

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.12.2020	%	31.12.2019	%
Selic	36.909	5,79%	33.072	8,91%
CDI	600.337	94,21%	314.842	84,82%
Pré-Fixado	4	0,00%	23.270	6,27%
Total	637.250	100,00%	371.184	100,00%

Tabela 5.2.b.i.3 (R\$ mil):

Ativo Financeiro Indenizável	31.12.2020	%	31.12.2019	%
IPCA	4.321.429	100%	3.613.155	100%
Total	4.321.429	100%	3.613.155	100%

Tabela 5.2.b.i.4 (R\$ mil):

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	31.12.2020	%	31.12.2019	%
Taxa fixa	430.510	10,06%	662.188	17,16%
TJLP	-	0,00%	24.978	0,65%
CDI	3.844.355	89,85%	3.147.490	81,58%
Libor	3.774	0,09%	23.404	0,61%
Total	4.278.639	100,00%	3.858.060	100%

Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A Companhia administra o nível de capital e liquidez para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que busca dar retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio do balanceamento do saldo das dívidas e do patrimônio, de acordo com um posicionamento considerado conservador na gestão financeira.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge);***Risco de crédito, cambio, taxas de juros e inflação***

O impacto de fatores que possam afetar as operações, o Balanço e os Resultados da Companhia, tais como flutuações na atividade econômica (risco de crédito), taxa de câmbio, taxas de juros e índices de inflação, é monitorado constantemente por meio de simulações periódicas das exposições de crédito (aplicações financeiras e créditos a receber de clientes) e dívida, do fluxo de caixa para os próximos 12 meses e através do Plano Industrial da Companhia (Business Industrial Plan - BIP) que sofre atualização trimestral ou semestral para o ano corrente e revisão anual para o longo prazo que compreende às projeções para um período de cinco anos.

O monitoramento permite o planejamento do nível de exposição a cada indexador, levando em consideração também as oportunidades e restrições de mercado, buscando uma diversificação (Tabela 5.2.b.i.4) que reduza impactos que a volatilidade de mercado possa causar no estoque de dívidas e gastos financeiros.

No do Ativo Financeiro Indenizável (Tabela 5.2.b.i.3), a atualização pelo IPCA é parte do modelo regulatório, não havendo ações de proteção aplicáveis.

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a contratação de operações atreladas principalmente aos índices que predominam no mercado brasileiro

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

CDI/Selic, que possuem menor volatilidade frente aos demais indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita. No fechamento de 2020, a Companhia possuía instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2020, existiam 4 contratos de swaps, a fim de diminuir a exposição às flutuações das variações cambiais e da Libor, conforme demonstrados na tabela a seguir:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				Moeda local	
Contrato de swap				31.12.2020	31.12.2019
ITAÚ S.A.	05/07/2017	05/07/2021	USD + 4,210%aa 115,65% CDI	151.097	56.439
CITIBANK S.A.	28/03/2018	29/03/2021	Libor + 0,55%aa CDI + 0,93%aa	179.120	66.249
SCOTIABANK S.A.	15/07/2019	15/07/2020	USD + 2,47%aa FIXO 6,05% aa	-	9.852
BNP PARIBAS S.A II	23/12/2020	23/12/2022	USD + 1,63%aa CDI + 0,79% aa	3.199	-

Para o risco de crédito junto aos clientes, a Companhia adota como estratégia uma política de cobrança preventiva com ações que evitam a utilização imediata do instrumento de corte. Além disso, a Companhia possui uma base de clientes diversificada e pulverizada que permite a mitigação desse risco de forma natural. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Risco de Liquidez

Para os ativos financeiros utilizados na gestão de liquidez (Tabela 5.2.b.i.2), o mercado brasileiro atua predominantemente com o CDI/Selic como referenciais para instrumentos de liquidez imediata. Assim, a Companhia adota como estratégia alocar a maior parte de suas disponibilidades em aplicações financeiras atreladas ao CDI/Selic. Considerando que o estoque de dívidas indexadas a estes indexadores supera o saldo de ativos, não há outras ações de balanceamento ou hedge necessárias (a estratégia de gestão de riscos para estes instrumentos está mais relacionada à diversificação de riscos de contraparte, explicitada na Tabela 5.2.b.i.1).

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge);

A Companhia, eventualmente, se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros e inflação, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são swaps de moeda (cambio) ou taxas de juros e inflação sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos;

Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros, a Companhia utiliza-se de monitoramento dos potenciais impactos financeiros utilizando informações de mercado para calcular o Mark to Market e realizar análises de sensibilidade dos instrumentos, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta através de projeções de fluxos de caixa atualizadas periodicamente e de sua posição econômica.

Decisões sobre a mitigação de riscos estão relacionadas à percepção de riscos evidenciados pelas projeções mencionadas e às oportunidades de mercado para proteções adequadas, seguem parâmetros estabelecidos em diretrizes gerais e políticas do Grupo listadas a seguir:

Risco de crédito

Em relação a perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específica. Além disso, é estabelecida provisão para créditos de liquidação

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

duvidosa em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Em relação ao risco de contraparte, a companhia possui limites de exposição por instituição financeira. Esses limites são definidos baseados no rating de cada instituição, levando em consideração também o patrimônio líquido e relacionamento global com o grupo Enel no mundo. Mensalmente os limites são checados e podem sofrer alteração ou manutenção, seguindo também diretrizes do monitoramento corporativo de riscos para cada instituição financeira.

As contrapartes são analisadas de acordo com sua classificação de riscos (escala global das principais agências de riscos) e possuem limite de exposição que variam atualmente até o máximo de € 330,0 milhões (trezentos e trinta milhões de euros). As instituições que possuem classificação abaixo de *investment grade* (escala global das principais agências de riscos) podem possuir limite até € 5,0 milhões (cinco milhões de euros), mediante análise e aprovação.

Risco de câmbio

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quanto o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

Risco de encargos de dívida (taxas de Juros e inflação)

A Companhia monitora periodicamente o impacto potencial de variação nas taxas de juros e inflação de forma a avaliar a eventual necessidade de buscar proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas, através de balanceamento entre ativos e passivos no curto/médio prazos, medidas de diversificação de indexadores ou eventual contratação de derivativos (caso haja disponibilidade em condições adequadas).

A contratação eventual de instrumentos derivativos é sujeita à aprovação prévia pela Diretoria e, caso necessário, também pelo Conselho de Administração da Companhia.

As aplicações financeiras registradas no período (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Risco de Liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivo diverso de proteção patrimonial. A utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger ativos e passivos relevantes da empresa, em especial passivos contratados em moedas estrangeiras, a variações dessas moedas ou taxas de juros estrangeiras.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Conforme citado acima, a Companhia executa o monitoramento da gestão dos riscos por meio da implantação de controles internos, que mitigam os riscos que podem impactar nos resultados financeiros da Companhia, bem como através de testes de efetividade destes controles. A área de Controles Internos tem a função de assegurar a implantação e continuidade dos controles e os testes de efetividade são efetuados pela área de auditoria interna.

A Companhia entende que a sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para verificação da efetividade da política de risco adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia implementou e mantém controles internos relacionados às suas demonstrações contábeis e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), previamente aprovados e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), quando aplicável, bem como as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia avalia semestralmente a efetividade dos controles internos sobre a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras. Com base nesta avaliação, a administração identificou deficiência significativa no ambiente de controles internos da Companhia, que gera possibilidade razoável de um erro material nas informações financeiras não ser prevenido ou identificado a tempo de serem divulgadas.

No entanto, esta deficiência não gerou erros ou necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras da Companhia.

A deficiência significativa identificada pela administração se refere à gestão de acessos e mudanças de programas no ambiente de Tecnologia da Informação (TI) da Companhia, considerados relevantes para o processo de auditoria em sistemas de medição, leitura e registro de energia vendida, e principalmente estão relacionadas aos acessos lógicos (gestão de acesso a programas e dados), monitoramento das contas dos usuários e mudanças de programas.

A administração da Companhia está empenhada em envidar esforços na remediação da deficiência significativa, e para isso elaborou um plano de ação para endereçá-la aprimorando, sem limitação, todos os processos e controles relacionados ao ambiente de TI da Companhia ao longo de 2021. Dentre as ações destacamos: (i) integração do aplicativo de TI afetado em ferramentas adicionais para aprimorar a gestão de acesso e o rastreamento das mudanças de programas, (ii) treinamento adicional para aumentar a conscientização dos operadores de controle, e (iii) revisões do desenho de controles e procedimentos organizativos relacionadas ao rastreamento de mudanças de programas.

A Companhia analisa todas as oportunidades de melhorias identificadas, seja pelos auditores independentes ou internamente e define planos de ação, responsáveis e prazo para implementação de todas as recomendações que considere pertinentes. A área de controles internos acompanha a implementação dos planos de ação e o resultado deles junto a todas as áreas responsáveis.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia envolve todas as suas estruturas organizacionais (Diretorias Executivas) no processo de monitoramento, as quais reportam diretamente ao Conselho de Administração, com apoio de áreas específicas responsáveis. Todas essas estruturas do controlador são contempladas e envolvidas no processo de monitoramento da eficácia do ambiente de controle interno da Companhia. Essas estruturas participam semestralmente da Certificação do ambiente de controles interno através da avaliação de eficácia dos controles desenhados para mitigar os riscos relacionados aos seus processos.

As Diretorias Executivas da Companhia estão descritas no item 12.1(b) deste Formulário.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os processos e controles que impactam as demonstrações financeiras da Companhia são auto avaliados semestralmente, pelos *Control Owners* e *Process Owners* dos processos, e testados por uma empresa de consultoria independente para garantir e suportar a eficácia dos controles internos sobre demonstrações financeiras.

Ademais, a Companhia efetua anualmente auditorias especificamente voltadas para avaliações e validação dos controles adotados na elaboração das demonstrações financeiras. Todos os trabalhos de auditoria são validados sob a metodologia do COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, de acordo com a última atualização ocorrida em 2013.

A área de auditoria interna da Companhia realiza avaliações contínuas visando certificar a eficácia dos mecanismos de controles internos, assegurando ao Conselho de Administração de que o controle interno e do sistema de gestão de risco eficientemente gerido, contribui para a realização dos objetivos da Companhia com uma gestão de riscos adequada. O plano de auditoria é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo o resultado das respectivas auditorias e a evolução das implementações ou regularizações dos planos de ação apresentados periodicamente ao mesmo.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente

A KPMG Auditores Independentes, contratada pela administração da Companhia para avaliar o ambiente de controles internos sobre demonstrações financeiras da Companhia, com base em 31 de dezembro de 2020, identificou, em conjunto com a administração da Companhia, deficiência significativa relacionada a gestão de acesso a programas e dados e mudanças de programas no ambiente de Tecnologia da Informação (TI) da Companhia, onde seus testes realizados revelaram deficiências na efetividade operacional dos controles internos dependentes de tecnologia da informação relacionados ao reconhecimento da receita para energia distribuída e não faturada. .

No entanto, esta deficiência não gerou erros ou necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras da Companhia.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A deficiência significativa identificada em nossos controles internos sobre relatórios financeiros, se não corrigida, pode resultar em distorções materiais de nossas demonstrações financeiras ou nos fazer deixar de cumprir nossas obrigações de relatórios periódicos. Com isso, a administração da Companhia elaborou um plano de ação para endereçá-la, com o objetivo de solucioná-la para o próximo ciclo de avaliação do ambiente de controles internos da Companhia.

A Companhia tem envidado esforços significativos nos últimos anos em seus controles relacionados ao ambiente de tecnologia e continuará o processo de melhoria dos seus controles. Atualmente, há em curso um processo global de implementação de ferramentas, que se encerrará durante o ano de 2021, que aprimorarão significativamente os controles sobre a concessão de acessos dos usuários e mudanças de programas aos sistemas informatizados da Companhia.

A administração da Companhia concorda com a maior parte das recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício social

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

encerrado em 31 de dezembro de 2020. Adicionalmente, analisou todas as oportunidades de melhorias reportadas pelos auditores independentes na carta de recomendação e definiu planos de ação para a implementação das outras recomendações que julgou pertinentes.

O desenho e a implantação destes controles e procedimentos serão acompanhados periodicamente pela área de Controles Internos, que avaliará qualquer desvio ao longo deste processo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Política de Gestão de Riscos da Companhia, descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, visa, dentre outros objetivos, à proteção de riscos de reputação e imagem. Além disso, a Companhia possui regras, políticas e procedimentos para prevenir e detectar a ocorrência de irregularidades, incluindo irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, descritos abaixo.

A Companhia também segue o Programa de Integridade aprovado por seu Conselho de Administração em 09 de dezembro de 2016 que visa garantir aderência aos requisitos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, através do qual se estabelece uma série de medidas preventivas relacionadas a responsabilidade penal corporativa. Além disso, a Companhia adota, conforme aprovação pelo Conselho de Administração em 09 de dezembro de 2016, o Programa Global de Compliance do grupo Enel que foi criado para todas as sociedades do grupo Enel no mundo e que toma como referências os requisitos das mais avançadas leis anticorrupção como as FCPA e UK Bribery Act 2010.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são:

- **Código de Conduta:** a Companhia dispõe de um Código de Ética que expressa os compromissos éticos e responsabilidades no desempenho das atividades do negócio e das operações corporativas pelos colaboradores da Companhia, sejam eles executivos ou colaboradores com qualquer vínculo com a Companhia.
- **Plano de Tolerância Zero com a Corrupção:** a Companhia observa o Código de Ética do grupo Enel, bem como os compromissos alcançados mediante a adesão ao Pacto Global. Dessa forma, exige que seus colaboradores sejam honestos, transparentes e justos no desempenho de suas tarefas. Os mesmos compromissos também são exigidos das demais partes interessadas, ou seja, das pessoas, grupos e instituições que contribuem para o alcance de seus objetivos, ou que estejam envolvidos nas atividades desempenhadas para obtê-los. Em cumprimento ao décimo princípio do Pacto Global, segundo o qual “as empresas se comprometem a combater a corrupção de qualquer forma, incluindo a extorsão e o suborno”, é intenção da Companhia continuar firme em seu compromisso de lutar contra a corrupção, mediante a aplicação dos critérios de transparência recomendados pelo “Transparency International”.
- **Modelo de Prevenção de Riscos Penais:** parte integrante do Programa de Integridade para efeitos da Lei nº 12.846/13, com objetivo de prevenir a prática de delitos nas operações da Companhia, mitigar os riscos associados à responsabilidade penal da pessoa jurídica e de pessoas físicas exercendo atividades representando a Companhia, bem como a responsabilidade da pessoa jurídica para efeitos da Lei nº 12.846/13, e os riscos de responsabilidade administrativa estabelecidos no Programa Global de Compliance.
- **Política Antissuborno:** referida política define os objetivos gerais de prevenção e luta contra a corrupção e suborno, as principais proibições, direcionamentos e responsabilidades.
- **Política de Operações com Pessoas Expostas Politicamente e Pessoas Conexas – PEPPC:** referida política define o processo para a realização de atos, contratos ou acordos de qualquer natureza envolvendo qualquer companhia do grupo Enel, com pessoas expostas politicamente e as conexas com estas últimas.
- **Política de Conflito de Interesses:** referida política orienta em como identificar e proceder em situações de conflito de interesses. Essa política se aplica a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

nos negócios da Companhia garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia.

- **Política de Presentes e Hospitalidades:** referida política define padrões e limitações sobre a oferta e a aceitação de presentes e hospitalidades, identificando papéis, responsabilidades e métodos de gerenciamento e controle. Não se admite nenhum tipo de presente que possa ser interpretado como algo que exceda as práticas comerciais ou de cortesia normais ou, de qualquer forma oferecidos com a intenção de receber um tratamento considerado como favor na realização de qualquer atividade vinculada à Companhia. Essa política se aplica a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia.
- **Procedimento de Gestão de Doações:** o referido procedimento orienta a realização de doações de qualquer natureza em nome da Companhia e é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia, garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia
- **Protocolo de Atuação no Relacionamento com funcionários públicos e autoridades públicas:** o relacionamento do grupo Enel com órgãos e autoridades da administração pública está regulamentado pelo Protocolo de Atuação no Relacionamento com funcionários públicos e autoridades públicas - documento anexo ao Código de Ética, que visa: (i) estabelecer princípios claros de atuação que orientem as ações para aqueles que tenham relacionamento com funcionários públicos ou autoridades públicas, como forma de prevenir a ocorrência de práticas ilícitas; (ii) proteger o processo de competência e o correto funcionamento dos mercados, mediante a prevenção e eliminação de práticas que supunham vantagens competitivas ilícitas; (iii) velar pela aplicação dos princípios de transparência e o correto trato nas relações com funcionários públicos e autoridades públicas.
- **Ações de Comunicação:** ao longo do ano são realizadas ações de comunicação em parceria com a área de Comunicação Interna da Companhia. Essas ações incluem mensagens sobre os temas de *Compliance* através dos meios de comunicação disponíveis como e-mails, murais e TV.
- **Condução de Treinamentos:** são realizados treinamentos, presenciais e online, para reforçar os temas relacionados à gestão de *Compliance* e fortalecer os padrões éticos da Companhia. Os treinamentos abrangem colaboradores de todas as áreas e níveis hierárquicos, incluindo membros da alta administração.
- **Canal de Denúncias:** a Companhia disponibiliza um canal de comunicação para receber denúncias sobre possíveis violações às leis e ao Código de Ética da Companhia. As denúncias podem ser feitas por meio do site do Canal Ético da Enel (<http://www.ethicspoint.com/>), pelo número de telefone 0800-892-0696, ou por carta ao seguinte endereço: Enel Brasil S.A. Auditoria Interna, Praça Leoni Ramos, nº 1 – bloco 1 – 5º andar, 24210- 205-São Domingos, Niterói - Rio de Janeiro. É garantido o anonimato da pessoa informante, sem prejuízo das obrigações legais previstas e a defesa dos direitos da empresa ou das pessoas envolvidas no testemunho.
- **Gestão de Riscos:** a função de *Risk Control Enel South América* é responsável pela gestão dos principais riscos relacionados a *Commodity, New Investments, Modeling, Counterparties, Credit, Guarantees, Regulatory, Legal, Tax, Environmental, Foreign Exchange, Interest Rate*, bem como, identificar outros riscos e definir em conjunto com os *Risk Owners* e *Risk Assessors*, as ações de mitigação, quantificação, planos de ação para controlar os riscos (endógenos e exógenos) inerentes em cada negócio para continuar no processo *ex post* com a contínua gestão de riscos, com a finalidade de eliminar, reduzir ou tratar os riscos associados e identificados, que impactam as *Business Lines*.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **Contratação de Serviços de Consultoria e Serviços Profissionais:** considerando o elevado nível de risco de fraude e corrupção associado a contratação de serviços de consultoria, o grupo Enel conta com procedimento específico que regula este tipo de contratação com fluxos específicos de comunicação e aprovação. Para verificar o seu correto cumprimento, semestralmente é realizada uma revisão amostral de serviços contratados, com a verificação de integridade da contraparte, fluxos de aprovação, existência de documentação suporte que evidencie a prestação do serviço, controle de pagamentos e toda a gestão contratual.
- **Declaração de Cumprimento com o Programa de *Compliance*:** semestralmente, a primeira linha do corpo diretivo assina a declaração de conformidade com o Programa de *Compliance* do grupo Enel, no qual afirmam que não identificaram qualquer irregularidade ou infração ao referido programa, nem qualquer fato ou comportamento que possa configurar qualquer das violações previstas na Lei Anticorrupção e que estão comprometidos a comunicar caso venham a conhecer algum fato novo.
- **Monitoramento Contínuo:** avaliação da aplicação de procedimentos que, além de assegurar o correto funcionamento do sistema de controle interno, garantem o fortalecimento do Programa de Integridade / Sistema de Gestão Antissuborno adotado pela Companhia
- ***Due diligence*:** um dos aspectos de maior relevância em um Programa de Integridade tem sido a contratação de terceiros. O procedimento de *Due Diligence* permite aumentar a segurança no momento da contratação de bens e serviços, além de atenuar riscos no relacionamento com os atuais e futuros parceiros de negócios, compreendendo um conjunto de atos investigativos que devem ser realizados antes de uma contratação para conhecer em detalhes a real situação do terceiro e os riscos envolvidos na transação.

A avaliação dos riscos relacionados à ocorrência de irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública é realizada periodicamente, em linha com a execução das atividades de auditoria. Os testes de efetividade dos controles são realizados ao menos uma vez ao ano e nos casos de mudanças que afetam os riscos de corrupção e do Sistema de Gestão Antissuborno.

Na medida em que mudanças nos processos ou atividades de controle sejam identificadas, a matriz de riscos, controles, políticas, procedimentos, práticas e outros componentes destes poderão ser atualizados para garantir sua melhoria contínua.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A Companhia possui um colaborador responsável pela Auditoria Interna formalmente nomeado pelo Conselho de Administração da Companhia em 06 de fevereiro de 2020 como “Responsável pela Prevenção de Delitos” (correspondente à função de *Compliance Officer*) e possui, entre suas principais funções, apoiar o Conselho de Administração na implantação e manutenção do Programa de *Compliance* da Companhia. A unidade de auditoria interna é a responsável por realizar a análise de riscos e prever controles, recebimento e tratamento de denúncias sobre possíveis violações aos normativos éticos do grupo e pela definição do plano de treinamento.

Dada a relevância do Programa de Integridade e considerando que o mesmo permeia todas as áreas da Companhia, o *Compliance Officer* conta com o apoio da Diretoria Jurídica, por meio do suporte formal da unidade *Legal Compliance* dentro da Diretoria Jurídica, e de Pessoas e Organização, através do “Comitê de Supervisão do Programa de Integridade”, cuja principal função é monitorar a eficácia e a atualização do Programa.

O Comitê de Supervisão do Programa de Integridade do Grupo Enel tem como principal objetivo monitorar a eficácia e atualização do Programa de Integridade, a fim de prevenir ou mitigar os riscos que possam gerar responsabilidades para a Enel e para as suas controladas. Para isso, o Comitê: (i) fiscaliza o cumprimento das disposições do Programa de Integridade e das normas éticas aplicáveis; (ii) verifica a eficiência do Programa de Integridade para prevenir a ocorrência de quaisquer situações contrárias ao mesmo ou à legislação vigente; (iii) atualiza periodicamente o Programa de Integridade com o intuito de adaptá-lo às necessidades das controladas e às

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

mudanças legais; e (iv) analisa descumprimentos éticos identificados e determina as medidas disciplinares aplicáveis.

O Comitê de Supervisão do Programa de Integridade consiste em órgão colegiado com poderes autônomos designado pelo Conselho de Administração – CA da Companhia. A função de Compliance Officer também é aprovada pelo CA. Ambos os órgãos reportam periodicamente suas principais atividades ao CA da Companhia, possuindo acesso direto e imediato ao Conselho da Administração e à alta direção no caso de qualquer situação de não cumprimento ou preocupação que possa ocasionar riscos de suborno e/ou corrupção, e tendo seus membros autonomia, experiência e independência para o exercício de suas funções, possuindo independência para definir iniciativas e monitoramento de controle, bem como acesso a quaisquer informações e documentos necessários para o exercício de suas funções.

(iii) código de ética ou de conduta

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui um Código de Ética aprovado pelo Conselho de Administração que dispõe sobre os compromissos éticos e responsabilidades no desempenho das atividades do negócio e das operações corporativas que guiam todas as ações da Companhia, fornecendo orientações de como todos devem interagir com os demais colaboradores da Companhia, parceiros, fornecedores e clientes.

Dentre as orientações estabelecidas, temos a observância ao Pacto Global e as definições claras das políticas realizadas para atos de suborno, comissões ilícitas ou qualquer outro pagamento inadequado. Dessa forma, a Companhia se compromete a observar as leis e normas nacionais e internacionais anticorrupção.

Os princípios e condições contidos no Código de Ética da Companhia são aplicáveis aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e de outros órgãos de controle da Companhia e do grupo Enel e das demais companhias do grupo, como também responsáveis e colaboradores ligados à Companhia e ao grupo Enel por meio de relações contratuais de qualquer natureza, incluindo contratos ocasionais e/ou apenas temporários. Além disso, as companhias do grupo Enel exigem que seus fornecedores e parceiros conduzam suas atividades de acordo com os princípios gerais do Código de Ética. Esses compromissos estão formalmente refletidos nos contratos assinados com intermediários, fornecedores e prestadores de serviços.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Anualmente são realizados treinamentos para garantir conhecimento quanto a governança corporativa da Companhia bem como aos temas de ética e *compliance*.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Todas as alegações recebidas através do Canal Ético do grupo Enel são apuradas e, caso seja identificado o descumprimento de algum valor e/ou política da Companhia, medidas disciplinares são aplicadas, conforme previsto no Código de Ética e no Procedimento de Medidas Disciplinares.

O Código de Ética e o Plano de Tolerância Zero Corrupção foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de dezembro de 2010 e estão disponíveis no site da Companhia (<https://www.enel.com.br/pr/investidores/a201612-comportamento-etico.html>) e no site da intranet do grupo Enel.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(b) canal de denúncia

Todas as preocupações sobre violações ou suspeitas de violações ao Código de Ética são averiguadas e respondidas ao relator, sendo que a gestão, apuração e tratamento das indicações enviadas ao Canal Ético estão sob responsabilidade da Auditoria Interna da Companhia. A referida área de Auditoria Interna da Companhia apura as investigações e, após sua conclusão, delibera sobre as medidas cabíveis para endereçar as ações mitigatórias das fragilidades identificadas e as medidas disciplinares, quando aplicável.

Dependendo do tema abordado na denúncia, a equipe de investigação poderá buscar o suporte com outras áreas da Companhia, como Pessoas e Organização, Jurídico, Segurança e Meio Ambiente e Segurança Patrimonial, com a finalidade de obter mais orientações sobre um tema e/ou apoio para realizar uma remediação. Ainda, conforme o resultado da investigação, poderão ser feitas recomendações para o gestor da área/processo envolvido, o qual será responsável por implantar tais ações em resposta aos riscos e vulnerabilidades identificadas.

Se o resultado de uma eventual investigação puder impactar materialmente as demonstrações financeiras da Companhia, a alta administração da Companhia é prontamente notificada para que possa tomar as medidas necessárias e implementar planos de remediação.

Além disso, a Companhia tem o compromisso de manter um ambiente de trabalho em que todos se sintam à vontade para esclarecer dúvidas, expressar preocupações e fazer sugestões apropriadas quanto às práticas de negócio. Por esse motivo, a Companhia não tolera nenhum tipo de retaliação contra quem fizer algum questionamento ou demonstrar alguma preocupação, ou, de boa-fé, denunciar um comportamento possivelmente inadequado.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

As operações de fusões, aquisições e reestruturação societária são consideradas atividades sensíveis para o Programa de Integridade, considerando que se requer a realização de verificações dos antecedentes das companhias que sejam objeto deste tipo de operação.

Neste sentido estabelecemos procedimento interno que define a necessidade de realizar verificações específicas e de comprovar a realização destas, garantindo as condições mínimas necessárias para cumprimento das diretrizes dos códigos éticos seguidos pela Companhia.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos três últimos exercícios sociais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1.Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

No curso normal de seus negócios, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as suas atividades, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo, reforçadas pelo apoio de sua controladora para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira. Considerando os indicadores financeiros e patrimoniais apresentados nos últimos três anos, conforme tabela abaixo, a Administração entende que o nível de endividamento da Companhia é compatível com sua situação econômico-financeira e com a expectativa do mercado. Esta posição se reflete em um nível de rating avaliado em brAAA (escala nacional), superior ao soberano do Brasil. A Companhia encerrou 2020 com uma alavancagem financeira bruta, incluindo mútuos com o controlador Enel Brasil (Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)) de 0,54, com o Índice Dívida Bruta / EBITDA ajustado (EBITDA ajustado acumulado nos últimos 12 meses) em 4,06 e com o Índice Dívida Líquida / EBITDA ajustado (EBITDA ajustado acumulado nos últimos 12 meses) em 3,40.

Com o nível atual de alavancagem, em condições normais de mercado, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições satisfatórias para contratar empréstimos e financiamentos adequados para realização de suas atividades e/ou investimentos futuros, denotando capacidade financeira suficiente para a cobertura financeira de suas operações, bem como realização de investimentos planejados, pagamento de dívidas e outras obrigações. A Companhia pode contar ainda com o apoio de sua controladora para assegurar esta condição.

Em 14 de setembro de 2020, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

A Companhia mantém liquidez e acesso a créditos de mercado e junto aos seus controladores diretos e indiretos para cobrir seus investimentos planejados, suas despesas, suas dívidas e outras obrigações. A Ampla Energia encerrou 2020 com o custo da dívida médio em 4,05% a.a., ou CDI + 1,24% a.a. (incluindo o custo de financiamento de longo prazo com recursos da Enel Brasil).

Indicadores de Endividamento	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2018
Dívida Bruta / EBITDA ajustado (1)	4,06	2,99	3,16
Dívida Líquida / EBITDA ajustado (1)	3,40	2,67	2,85
Dívida Bruta / (Dívida Bruta+ PL)	0,54	0,51	0,50
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	0,50	0,49	0,48
Indicadores de liquidez	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2018
Liquidez Geral (Ativo Circulante+ativo não circulante) / (Passivo circulante+Passivo não circulante)	1,45	1,53	1,56
Liquidez Corrente (Ativo circulante/Passivo Circulante)	1,08	0,72	0,65
Liquidez Imediata (Caixa e equivalentes e Títulos e Valores Mobiliários/Passivo Circulante)	0,23	0,11	0,11

(1) EBITDA ajustado: EBIT + Depreciações e Amortizações + Provisões para crédito de liquidação duvidosa + Recuperação/Perda de recebíveis de clientes + Provisão para riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas (acumulado nos últimos 12 meses)

OBS: A Dívida Bruta considera as seguintes contas do Balanço:

- Instrumentos Fin. Derivativos SWAP, presente no ativo e passivo circulante e não circulante;
 - Empréstimos e Financiamentos, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;
 - Debêntures, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;
- Para se obter a Dívida Líquida, subtrai-se da Dívida Bruta as seguintes contas do ativo circulante:
- Caixa e equivalente de caixa

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Títulos e valores mobiliários

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Estrutura de capital – calculada considerando relação: dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)

	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2018
Capital Próprio = PL (R\$ mil)	3.591.235	3.660.976	3.495.551
Capital de Terceiros = Dívida Líquida (R\$ mil)	3.379.800	3.252.711	2.981.240
TOTAL (R\$ mil)	6.971.035	6.913.687	6.476.791
Capital Próprio (%)	51,52%	52,95%	53,97%
Capital de Terceiros (%)	48,48%	47,05%	46,03%

* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

2020

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos. Em 2020, 51,52% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 48,48% oriundos de capital de terceiros. Conforme demonstram estas proporções, os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada.

2019

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos. Em 2019, 52,95% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 47,05% oriundos de capital de terceiros. Conforme demonstram estas proporções, os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada.

2018

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos. Em 2018, 53,97% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 46,03% oriundos de capital de terceiros. Conforme demonstram estas proporções, os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada.

b) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Ao final do exercício de 2020, considerando o fluxo de caixa, a situação de liquidez das disponibilidades e o balanço patrimonial da Companhia, observa-se satisfatória capacidade de pagamento dos compromissos financeiros, refletida no cumprimento de todos os *covenants* financeiros assumidos pela Companhia em contratos de financiamentos e emissão de debêntures, conforme apresentados abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Obrigações Especiais Financeiras - Empréstimos e Financiamentos	Contrato	Valor Compromissado	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2018
Dívida Financeira Líquida* / EBITDA** (máximo)	BNDES 2011e 2017	3,50	-	-	2,68
Dívida Financeira Líquida* / (PL + Dívida Financeira Líquida*) (máximo)	BNDES 2011e 2017	0,60	-	-	0,46
Dívida Bancária Líquida* / EBITDA (máximo)	BNDES 2012 e 2014	3,50	0,41	0,80	1,65
Dívida Bancária Líquida* / (PL + Dívida Bancária Líquida*) (máximo)	BNDES 2012 e 2014	0,60	0,08	0,19	0,31
Dívida Financeira Líquida* / EBITDA** (máximo)	CITIBANK N.A.	3,50	3,21	2,52	2,68
Dívida Financeira Líquida* / EBITDA** (máximo)	ITAUBBA PLC	3,50	3,21	2,52	2,68
Dívida Financeira Líquida* / (PL + Dívida Financeira Líquida*) (máximo)	ITAUBBA PLC	0,60	0,48	0,47	0,46
Dívida Financeira Líquida* / EBITDA** (máximo)	SCOTIABANK	3,50	-	2,52	-

* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

** EBITDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos

Obrigações Especiais Financeiras - Debêntures	Contrato - Emissões de Debentures	Valor Compromissado	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2018
Dívida Financeira Líquida* / EBITDA** (máximo)	9ª e 10ª	3,50	3,21	2,52	2,68

* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

** EBITDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos

A Companhia tem seguido uma estratégia financeira que visa os objetivos principais de: (i) buscar a captação de recursos de longo prazo, para financiar parte relevante dos investimentos, em complementação à geração de caixa interna; (ii) equilibrar o custo financeiro total da dívida; e (iii) preservar seu nível de liquidez que minimize riscos financeiros conjunturais. Considerando o seu perfil de endividamento, a sua capacidade financeira de captação de recursos e de geração de caixa, os diretores entendem que a Companhia não deverá encontrar dificuldades em honrar os seus compromissos financeiros atualmente contratados ou em financiar investimentos futuros.

2020

Ao final do exercício de 2020, o indicador financeiro Dívida Financeira Líquida sobre EBITDA (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia fechou 2020, medindo 3,21, inferior ao seu limite referencial (máximo de 3,50), o que demonstra um perfil de endividamento conservador e capacidade financeira suficiente para honrar com seus compromissos. Adicionalmente, conforme demonstrado pelo índice de alavancagem financeira (Dívida Financeira Líquida sobre Dívida Financeira Líquida mais Patrimônio Líquido), que fechou 2020 em 0,48 (versus limite referencial de 0,60), os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento prudente, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações com capital de terceiros no futuro.

2019

Ao final do exercício de 2019, o indicador financeiro Dívida Financeira Líquida sobre EBITDA (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia fechou 2019, medindo 2,52, inferior ao seu limite referencial (máximo de 3,50), o que demonstra um perfil de endividamento conservador e capacidade financeira suficiente para honrar com seus compromissos. Adicionalmente, conforme demonstrado pelo índice de alavancagem financeira (Dívida Financeira Líquida sobre Dívida Financeira Líquida mais Patrimônio Líquido), que fechou 2019 em 0,47 (versus limite referencial de 0,60), os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento prudente, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações com capital de terceiros no futuro.

2018

Ao final do exercício de 2018, o indicador financeiro Dívida Financeira Líquida sobre EBITDA (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia fechou 2018, medindo 2,68, inferior ao seu limite referencial (máximo de 3,50), o que demonstra um perfil de endividamento conservador e capacidade financeira suficiente para honrar com seus compromissos. Adicionalmente, conforme demonstrado

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

pelo índice de alavancagem financeira (Dívida Financeira Líquida sobre Dívida Financeira Líquida mais Patrimônio Líquido), que fechou 2018 em 0,46 (versus limite referencial de 0,60), os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento prudente, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações com capital de terceiros no futuro.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais (2018, 2019 e 2020), as necessidades de caixa da Companhia compreenderam: (i) pagamento dos custos operacionais; (ii) realização de investimentos; e (iii) pagamento de encargos e amortizações de dívidas.

Neste período, as fontes de liquidez da companhia corresponderam principalmente a: (i) receita do fornecimento de energia elétrica aos clientes; (ii) subvenções dos recursos federais do programa Baixa Renda; (iii) linhas de financiamento para capital de giro, contratadas com diversos bancos; (iv) linhas de financiamento de longo prazo para investimentos correntes (manutenção e expansão); (v) empréstimos contratados no mercado financeiro; e (vi) empréstimos intercompanhia realizados pela sua controladora (até R\$ 2.700 bilhão já aprovados pela Aneel até dezembro de 2022).

O colchão de liquidez tem sido utilizado pela Companhia com o objetivo de cobrir o déficit de caixa ocasionado principalmente para financiamento de investimentos.

Os fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais têm sido suficientes para a cobertura de parte das necessidades de recursos financeiros, incluindo investimentos. A Companhia busca financiamento por meio de operações bancárias e operações no mercado de capitais, com a finalidade de financiar sua necessidade de recursos, sobretudo para realização de investimentos e refinanciamento de dívidas.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

No exercício de 2020, foram captados os montantes de R\$ 150.000 mil e R\$ 200.000 mil oriundos de fontes bancárias de curto e longo prazo (Scotiabank e BNP), respectivamente, para financiar capital de giro. Adicionalmente, para liquidar e refinanciar dívidas, a Companhia captou junto a controladores diretos e indiretos um montante de R\$ 1.600.000 mil.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

No exercício de 2019, foram captados os montantes de R\$ 600.000 mil e R\$ 1.000.000 mil oriundos de fontes bancárias de longo prazo (BNP e Scotiabank) e do mercado de capitais, respectivamente, para financiar capital de giro.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

No exercício de 2018, foram captados o montante de R\$ 86.866 mil para financiamento de parte do plano de investimentos da Companhia com recursos oriundos de repasses do BNDES; e R\$ 320.000 mil foram oriundos de fontes bancárias de longo prazo para financiar capital de giro.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para eventuais coberturas do caixa, a companhia poderá utilizar-se de linhas *revolving* de crédito bancário, já contratadas e imediatamente disponíveis, e contas garantidas mantidas para este fim. Em 2020, estas linhas de back-up financeiro somavam R\$ 80.000 mil. Também para capital de giro, a companhia pode fazer uso de empréstimos bancários de curto/médio prazos, e eventualmente operações no mercado de capitais. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mutuo com sua Controladora Enel Brasil aprovado pela Aneel até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 1.700.000 mil.

Devido às incertezas causadas pela pandemia de COVID19, que provocou alterações no planejamento financeiro para o ano de 2020, com uma maior necessidade de financiamento para a realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 1.000.000 mil, através do despacho Nº 1.923 de 01 de julho de 2020, o qual passou a R\$ 2.700.000 mil, dos quais, em 31 de dezembro de 2020, estavam disponíveis R\$ 685.487 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os créditos com a controladora Enel Brasil no montante total, em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 1.316.368 mil, possuem exigibilidade flexível, podendo ser renegociados por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

Para execução de investimentos, a Companhia utilizou financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de desenvolvimento, como por exemplo, BNDES, e a emissão de dívida no mercado de capitais.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:*i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes*

As informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

Exercícios 2020, 2019 e 2018**Saldo das operações contratadas (valores em R\$ mil):**

Empréstimos (f)	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2018
Citibank N.A (II)	501.282	390.539	376.925
CITIBANK 4131 III	-	-	143.984
Itaú BBA International PLC	401.155	311.182	299.146
Scotiabank	-	217.446	-
Santander Chile	-	-	295.048
BNP PARIBAS 4131 II	203.866	-	-
Total de Empréstimos	1.106.303	919.167	1.115.103

Financiamentos	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2018
BNDES (CAPEX 2011) (a)	-	-	25.431
BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (b)	19.980	28.246	36.510
BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (b)	-	12.223	36.555
BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (b)	-	12.228	36.568
BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (b)	-	527	1.050
BNDES (CAPEX 2014 - 2015) (c)	-	-	23.164
BNDES (CAPEX 2014 - 2015) (c)	-	-	89.159
BNDES (CAPEX 2014 - 2015) (c)	-	-	110.593
BNDES A1- ITAÚ (d)	-	-	144.811
BNDES B1- ITAÚ (d)	-	-	81.684
BNDES C1- ITAÚ (d)	-	-	18.770
BNDES A2- BRADESCO (d)	-	-	92.428
BNDES B2- BRADESCO (d)	-	-	52.278
BNDES C2- BRADESCO (d)	-	-	12.013
BNDES A3- SANTANDER (d)	-	-	66.433
BNDES B3- SANTANDER (d)	-	-	37.575
BNDES C3- SANTANDER (d)	-	-	8.634
BNP PARIBAS 4131 (e)	413.720	413.720	-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Total de Financiamentos	433.700	466.944	873.656
<u>Partes Relacionadas</u>			
Enel Brasil	1.316.368	989.956	914.662
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF	-	-	108.791
Enel Finance International N.V.	750.754	-	-
Total de Empréstimos com Partes Relacionadas	2.067.122	989.956	1.023.453
Total de Empréstimos e Financiamentos	3.607.125	2.376.067	3.012.212
Resultado das Operações de Swap	-333.416	-132.540	-98.833
Total de Empréstimos e Financiamentos	3.273.709	2.243.527	2.913.379
Circulante	595.083	1.260.803	1.761.231
Não Circulante	2.678.626	1.115.264	1.250.981

Características das operações contratadas:

- a) Repasse BNDES FINEM/FINAME 2011 - Financiamento para o plano de investimento 2010/2011 da Companhia contratado em 15 de agosto de 2011, no montante total de R\$ 331.397.000,00, em operação sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINEM (Financiamento a Empreendimentos) e FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES.
- b) Repasse BNDES FINEM/FINAME 2012/2013 – Financiamento para o plano de investimento 2012/2013 da Companhia contratado em 21 de junho de 2013, no montante total de R\$ 450.170.685,00, em operação sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINEM (Financiamento a Empreendimentos) e FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES.
- c) Repasse BNDES FINEM/FINAME 2014/2015 – Financiamento para o plano de investimento 2014/2015 da Companhia contratado em 04 de setembro de 2015, no montante total de R\$ 476.612.954,00, em operação sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINEM (Financiamento a Empreendimentos) e FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES.
- d) Repasse BNDES FINEM/FINAME 2016/2017- Financiamento para o plano de investimento 2016/2017 da Companhia contratado em 15 de setembro de 2017, no montante total de R\$ 513.953.000,00, em operação sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINEM (Financiamento a Empreendimentos) e FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES.
- e) BNP 4131 - Financiamento contratado em 04 de fevereiro de 2019 com o objetivo de financiar o capital de giro da Companhia no montante de R\$ 400.000.000,00.
- f) Empréstimos contraídos para atender à necessidade de capital de giro da Companhia:
 - Contrato com Citibank N.A – Empréstimo contratado em 06 de janeiro de 2016 no montante total de USD 37.128.712,87, equivalentes a R\$ 150.000.000,00;
 - Contrato de Abertura de Crédito com Banco Santander Chile (Nº 6.127-2016) – Empréstimo contratado em 07 de março de 2016 no montante total de USD 75.000.000,00, equivalentes a R\$ 277.717.500,00;
 - Contrato com Itaú BBA International – Empréstimo contratado em 05 de julho de 2017 no montante total de USD 75.620.084,69, equivalentes a R\$ 250.000.000,00;
 - Contrato com Citibank N.A (II) – Empréstimo contratado em 28 de março de 2018 no montante total de USD 96.869.891,63, equivalentes a R\$ 320.000.000,00;
 - Contrato com Citibank 4131 (III) – Empréstimo contratado em 24 de dezembro de 2018 no montante total de USD 37.128.712,87, equivalentes a R\$ 143.580.445,54.
 - Contrato com Scotiabank 4131 – Empréstimo contratado em 11 de julho de 2019 no montante total de USD 53.329.067,00, equivalentes a R\$ 199.999.999,97.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Contrato com BNP PARIBAS II 4131 – Empréstimo contratado em 23 de dezembro de 2020 no montante total de USD 39.215.686,27, equivalentes a R\$ 199.999.999,98.

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante, nos três últimos exercícios sociais, se apresenta da seguinte forma:

Curva de Amortização Emp. e Financ. LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2018
2020	-	-	242.616
2021	-	703.566	879.645
2022	1.910.564	408.257	128.720
2023	3.440	3.441	-
2024	750.000	-	-
	2.664.004	1.115.264	1.250.981

Debêntures

Saldo das operações contratadas (valores em R\$ mil):

	Exercício findo em 31/12/2020		Exercício findo em 31/12/2019		Exercício findo em 31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
1ª série - 9ª emissão	-	-	601.170	-	1.511	600.000
1ª série - 10ª emissão	5.987	1.000.000	15.782	1.000.000	-	-
(-) Custos a Amortizar	-	(1.057)	(1.037)	(1.382)	-	(2.074)
Total sem Efeito de Swap	5.987	998.943	615.915	998.618	1.511	597.926
Resultado das operações de Swap	-	-	-	-	-	-
Total de Debêntures Líquido	5.987	998.943	615.915	998.618	1.511	597.926

Em 31 de dezembro de 2020, as debêntures vigentes possuem as seguintes características:

Características	9ª emissão Série Única
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografia
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	600.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de dezembro de 2017
Vencimento inicial	15 de dezembro de 2020
Vencimento final	15 de dezembro de 2020
Atualização monetária	Sem atualização

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Repactuação	Não haverá
Remuneração	114% da Taxa DI
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortizações	Única Parcela
Data das amortizações	2020

Características	10ª emissão Série Única
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografia
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	1.000.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de março de 2019
Vencimento inicial	15 de março de 2024
Vencimento final	15 de março de 2024
Atualização monetária	Sem atualização
Repactuação	Não haverá
Remuneração	108% da Taxa DI
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortizações	Em duas parcelas anuais
Data das amortizações	2023 e 2024

9ª Emissão

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 21 de novembro de 2017, foi aprovada a 9ª emissão das debêntures, que tem como objetivo atender aos negócios de gestão ordinária da Emissora, mediante reforço de capital de giro e reperfilamento de dívidas da Emissora.

10ª Emissão

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 20 de fevereiro de 2019, foi aprovada a 10ª emissão das debêntures, que tem como objetivo atender aos negócios de gestão ordinária da Emissora, mediante reforço de capital de giro e reperfilamento de dívidas da Emissora.

A Companhia está sujeita à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais e demonstrações financeiras anuais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2020.

10ª emissão	
Obrigações especiais financeiras	Limite
Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50

A curva de amortização das debêntures registrada no passivo não circulante, nos três últimos exercícios sociais, se apresenta da seguinte forma:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Curva de Amortização das Debêntures - LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2018
2020	-	-	597.926
2021	-	(325)	-
2022	(650)	(325)	-
2023	666.342	666.342	-
2024	333.251	332.926	-
	998.943	998.618	597.926

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por tipo de moeda e indexador:

Empréstimo, Financ. e Debêntures - Custo (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2020	%	Exercício findo em 31/12/2019	%	Exercício findo em 31/12/2018	%
Moeda nacional						
Taxa Fixa	430.510	10,1%	662.188	17,2%	586.548	16,7%
TJLP	-	0,0%	24.978	0,6%	374.288	10,7%
Selic	-	0,0%	-	0,0%	110.593	3,1%
CDI	3.844.355	89,8%	3.147.490	81,6%	2.087.341	59,4%
IPCA	-	0,0%	-	0,0%	303.671	8,6%
Libor	3.774	0,1%	23.404	0,6%	50.375	1,4%
Total	4.278.639	100,0%	3.858.060	100,0%	3.512.816	100,0%

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém contratos de financiamento de longo prazo com os bancos ITAÚ BBA, SANTANDER, BRADESCO (sindicato de repasse BNDES), BNP e SCOTIABANK. Diversos outros bancos, nacionais e estrangeiros, mantêm contatos frequentes com a Companhia, a maioria dos quais com limites de crédito abertos, ou com a perspectiva firme de aprovação de limites de crédito, para a realização de operações de crédito, operações de hedge ou emissão de garantias. A Companhia possui relacionamento de longo prazo com diversas instituições financeiras, na parte de serviços bancários, incluindo contratos de arrecadação de faturas de energia e sistemas de pagamento, emissão de fianças bancárias e também para a realização de investimentos financeiros (disponibilidades de caixa), incluindo fundos de investimentos, sempre com perfil de baixo risco e de alta liquidez.

ii. grau de subordinação entre as dívidas

A Diretoria entende que não há condição de subordinação entre as dívidas vigentes na Companhia nos últimos três exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, com exceção do empréstimo intercompanhia firmado com a Enel Brasil, com saldo de R\$ 202.598 mil, que está subordinado ao contrato de repasse BNDES, ao contrato de empréstimo com o Citibank S/A, ao contrato Itaú BBA International e às emissões de debêntures.

Em eventual concurso universal de credores, na hipótese de uma eventual instauração de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, a subordinação entre as obrigações registradas no passível exigível acontecerá de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que atualmente compõe a seguinte ordem de preferência: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) crédito quirografários; (iv) créditos subordinados; e (viii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iii. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia mantém contratos de financiamento e escritura de emissão de debêntures com estabelecimento de *covenants* financeiros, $(\text{Dívida Financeira Líquida} \div \text{EBITDA} \leq 3,50)$; e $(\text{Dívida Financeira Líquida} \div \text{EBITDA ajustado} \leq 3,5)$; $\text{Dívida Líquida} \div (\text{Dívida Líquida} + \text{PL}) \leq 0,6$ – para os Contratos de Repasse BNDES e do Itaú BBA International.

A distribuição de dividendos, alienação de ativos e controle acionário, são realizados em observância dos contratos com o BNDES/Repasse e disposições aplicáveis aos contratos do BNDES.

Até esta data, a Companhia não havia descumprido nenhum dos índices econômico-financeiros (*covenants* financeiros) mencionados acima. Adicionalmente, não há registro de qualquer *default* contratual por parte da Companhia.

Segue no quadro abaixo os contratos financeiros da Companhia e suas cláusulas restritivas e de vencimento antecipado cruzado:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nº	Contrato	Outra Parte	Principais Cláusulas Contratuais Restritivas
1.	Contrato de Abertura de Crédito para mediante repasse contratado com o banco nacional de desenvolvimento econômico e social – BNDES n.º 003150004151100	BNDES (Agentes Financeiros: Itaú, Santander)	<p><u>Limite de endividamento:</u> (a) Dívida Líquida/LAJIDA <= 3,5; e (b) Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL) <= 0,6.</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> Incorporação da Beneficiária por outra sociedade, cisão ou fusão da Beneficiária, alteração do controle acionário indireto da Beneficiária, sem a prévia anuência dos Agentes Financeiros, exceto no caso em que o novo controlador indireto tenha rating corporativo atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard & Poors inferior em até 1 nível (notch) em relação ao rating global da Enersis S.A. ("Enersis"), desde que o rating do novo controlador se mantenha no nível de "grau de investimento" atribuído pelas agências supra mencionadas. Para fins deste item, haverá alteração do controle acionário indireto da Beneficiária se a Enersis deixar de ser a controladora indireta.</p> <p>Haver incorporação, cisão, fusão ou alteração do controle acionário sem a prévia anuência do BNDES e dos Agentes Financeiros.</p> <p><u>Objeto Social:</u> Não alterar, sem prévia e expressa anuência do BNDES e dos Agentes Financeiros, o seu objetivo social, consignado no estatuto ou contrato social.</p> <p><u>Garantias:</u> Manter os direitos creditórios correspondentes a 3,49% da receita operacional líquida mensal da CEDENTE fiduciária proveniente da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, apurada mensalmente. Manter a relação garantias reais/colaboração financeira no nível de, no mínimo, 130% do valor correspondente à parcela imediatamente subsequente e vincenda das obrigações garantidas.</p> <p><u>Protesto de Títulos:</u> Não ter protestos de títulos, individual ou agregado, no valor superior de 50 milhões de reais, salvo se ocorrer má fé ou erro, regularizado no prazo máximo de 15 dias contados da data do respectivo contrato.</p> <p><u>Vencimento Antecipado Cruzado:</u> Inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou integrante do Grupo Econômico que a Beneficiária pertença. Adicionalmente, inadimplemento ou decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).</p>
2.	CREDIT AGREEMENT DATED AS OF MARCH 28, 2018 among AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A., ENEL BRASIL S.A. as Guarantor and CITIBANK as Bank	CITIBANK	<p><u>Limite de endividamento:</u> Dívida Financeira Líquida / EBITDA não deverá ser maior que 3,50, por 2 trimestres consecutivos até a data de vencimento do contrato.</p> <p><u>Vencimento antecipado cruzado:</u> O devedor e suas subsidiárias deixem de pagar qualquer principal de juros em relação a qualquer dívida igual ou maior ao contratado, individualmente ou suas filiais.</p> <p><u>Ordem de Pagamento por decisão judicial:</u> Qualquer medida judicial ou ordem de pagamento imediato em um montante agregado igual ou superior ao limiar do montante (na medida em que não abrangidas pelo seguro de terceiros independentes, como a que a seguradora não contesta cobertura) será proferida contra qualquer devedor e deve continuar insatisfeito e em vigor por um período de trinta (30) dias consecutivos sem ser desocupado, descarregado, satisfeitos ou ficou pendente de recurso</p> <p><u>Cisão, Fusão e Incorporação:</u> Se houver um processo se iniciado um contra o Mutuário sem aviso, em qualquer tribunal de justiça competente, buscando sua reorganização, liquidação, dissolução, arranjo, dissolução ou composição ou reajuste de suas ações e respectivas dívidas, (ii) a nomeação de um destinatário, custodiante, agente fiduciário, examinador, liquidatário ou semelhante ou de todos ou substancialmente todos os seus respectivos bens ou (iii) semelhante a qualquer lei relativa à falência, insolvência, reorganização, liquidação ou composição ou ajuste de suas dívidas, e esse processo continuar, ou uma ordem, julgamento ou decreto que aprova ou ordene qualquer um dos itens anteriores deverá ser registrada e permanecer sem interrupção e em vigor, por um período de 30 ou mais dias corridos;</p> <p><u>Protesto de Títulos:</u> Sofrer Protesto de Títulos no Brasil proferido por qualquer devedor exceto se resolvido no prazo de 15 dias úteis após a emissão do protesto.</p>
3.	Contrato de Empréstimo Internacional	Itaú BBA International (PLC)	<p><u>Limite de endividamento:</u> Dívida Total Líquida / EBITDA <= 3,50 e Dívida financeira líquida/(Dívida financeira Líquida + PL) <= 0,60</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> SOLICITAR a anuência prévia e expressa do CREDOR, no caso de transferência do controle acionário direto ou indireto do DEVEDOR e/ou do GARANTIDOR, ainda que em decorrência de INCORPORAÇÃO, INCORPORAÇÃO DE AÇÕES, FUSÃO ou CISÃO do DEVEDOR e/ou do GARANTIDOR. Salvo exceção se o controle continuar com a ENEL AMÉRICAS S.A. (CHILE), pelo GARANTIDOR (DEVEDOR) ou por outra empresa com RATING inferior em até 1 nível (notch) em relação ao rating global da ENEL AMÉRICAS.</p> <p><u>Garantias Contratuais:</u> As garantias do contrato estão cobertas por 100% da Cessão fiduciária do Sw ap e o Aval Enel Brasil SA, com o comprometimento do GARANTIDOR de ter obtido todas as autorizações necessárias</p> <p><u>Objeto Social:</u> Comunicar a mudança ou alteração do objeto social do DEVEDOR ou do GARANTIDOR, de forma a alterar as atuais atividades principais, ou agregar novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas</p> <p><u>Mútuos Subordinados:</u> Pode-se pre-pagar (total ou parcial) os mútuos subordinados, desde que, com tal amortização ou resgate antecipado, seja feito conforme aumento de capital do DEVEDOR, em montante igual ou superior ao montante do Mútuo Subordinado, ou a qualquer momento a partir de 01/01/2018, desde que o índice financeiro DFliquida/EBITDA, fique menor que 2,70, podendo amortizar 30% do saldo devedor dos Mútuos subordinados no momento do pré pagamento.</p> <p><u>Obrigação Pecuniária ou Não pecuniária:</u> Deixar de cumprir obrigação pecuniária do contrato, cujo valor individual e/ou agregado seja SUPERIOR a 15 milhões de reais, não sanada em 2 dias úteis; e não pecuniária cujo valor individual e/ou agregado seja superior a 50 milhões de reais e não sanada em 3 dias úteis</p> <p><u>Protesto de Títulos:</u> Se existir PROTESTO DE TÍTULO não pago com valor individual ou agregado superior a 50 milhões de reais não elididos no prazo legal.</p>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nº	Contrato	Outra Parte	Principais Cláusulas Contratuais Restritivas
4.	Escritura da 10ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Sa Espécie Quirografária, Série Única, para Distribuição Pública com esforços restritos de Distribuição da Ampla Energia e Serviços S.A.	Oliveira Trust S.A	<p><u>Limite de endividamento:</u> (a) Dívida Financeira Líquida / EBITDA não deverá ser maior que 3,50 a partir do 1 trimestre de 2019 até a data de vencimento.</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> Alteração do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto no caso em que a alteração do controle acionário não resulte em rebaixamento do rating da Emissão em mais de 1 (um) nível (notch), conforme rating atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard & Poor's. Para fins deste subitem, somente haverá alteração do controle acionário da Emissora se a Fiadora deixar de ser a controladora direta ou indireta da Emissora;</p> <p><u>Cisão, Fusão e Incorporação:</u> sem prejuízo do disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, incorporação da Emissora por outra sociedade, cisão, fusão ou incorporação de ações da Emissora, exceto nos casos em que a incorporação, cisão, fusão ou incorporação de ações não resulte em rebaixamento do rating da Emissão em mais de 1 (um) nível (notch) conforme rating atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard & Poor's;</p> <p><u>Cessão ou venda de ativos:</u> Cessão, venda e/ou qualquer forma de alienação ("Alienação") pela Emissora por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de bens do ativo não-circulante da Emissora cujo valor individual ou agregado seja superior a 20% do ativo total da Emissora (conforme apurado com base na demonstração financeira da Emissora mais recente divulgada anteriormente à respectiva Alienação), observado que não estão vedados por este item (a) qualquer forma de cessão ou alienação fiduciária em garantia de qualquer ativo da Emissora, (b) a Alienação de ativos para substituição dos mesmos por ativos equivalentes; e/ou (c) a Alienação de recebíveis da Emissora</p> <p><u>Protesto de Títulos:</u> Ter TÍTULO PROTESTADO contra a EMISSORA e/ou a FIADORA cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse a R\$ 70 milhões de reais, ou equivalente em outra moeda, salvo se tiver sido de má fé, desde que provado pela EMISSORA, ou cancelado dentro do prazo máximo de 15 dias úteis contados da data do respectivo protesto.</p>
5.	CREDIT AGREEMENT Dated as of February 4, 2019 among AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A. as Borrower, ENEL BRASIL S.A. as Guarantor and BNP PARIBAS as Bank	BNP PARIBAS	<p><u>Limite de endividamento:</u> não tem covenants financeiros</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> Se a ENEL AMERICAS, uma sociedade sob as leis do Chile, deixar de ter posse direta ou indireta, da maioria das ações em circulação.</p> <p><u>Protesto de Títulos:</u> Sofrer Protesto de Títulos no Brasil proferido por qualquer devedor em um valor igual ou maior que R\$ 100 milhões de reais (vr de referência do contrato) exceto se resolvido no prazo de 15 dias úteis após a emissão do protesto.</p>
6.	CREDIT AGREEMENT Dated as of December 18, 2020 among AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A. as Borrower, ENEL BRASIL S.A. as Guarantor and BNP PARIBAS as Bank	BNP PARIBAS	<p><u>Limite de endividamento:</u> não tem covenants financeiros</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> Se a ENEL AMERICAS, uma sociedade sob as leis do Chile, deixar de ter posse direta ou indireta, da maioria das ações em circulação.</p> <p><u>Protesto de Títulos:</u> Sofrer Protesto de Títulos no Brasil proferido por qualquer devedor em um valor igual ou maior que R\$ 100 milhões de reais (vr de referência do contrato) exceto se resolvido no prazo de 15 dias úteis após a emissão do protesto.</p>

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados**Financiamentos e empréstimos de longo prazo contratados com percentuais utilizados nos três últimos exercícios sociais (2020, 2019, 2018):**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contratos	Objeto	Valor Total (R\$ mil)	Plano de Investimento	Data de contratação	Desembolso em 2018	Desembolso em 2019	Desembolso em 2020	Desembolso Total	Garantias
Empréstimos									
Itaú BBA International PLC	Capital de Giro	250.000	-	05/07/2017	0%	0%	0%	100%	Enel Brasil
Citibank N.A. (II)	Capital de Giro	320.000	-	28/03/2018	100%	0%	0%	100%	Enel Brasil
Citibank N.A. (III)	Capital de Giro	143.580	-	24/12/2018	100%	0%	0%	100%	Enel Brasil
BNP PARIBAS 4131	Capital de Giro	400.000	-	04/02/2019	0%	100%	0%	100%	Enel Brasil
SCOTIABANK 4131	Capital de Giro	200.000	-	11/07/2019	0%	100%	0%	100%	-
SCOTIABANK II 4131	Capital de Giro	150.000	-	10/03/2020	0%	0%	100%	100%	-
BNP PARIBAS II 4131	Capital de Giro	199.999	-	23/12/2020	0%	0%	100%	100%	Enel Brasil
Financiamentos									
BNDES Capex 2012-2013*	Financiamento do CAPEX	450.171	2012/2013	16/08/2013	0%	0%	0%	79%	Recebíveis
BNDES Capex 2014-2015*	Financiamento do CAPEX	476.613	2014/2015	28/12/2015	0%	0%	0%	72%	Recebíveis
BNDES A1- ITAÚ*	Financiamento do CAPEX	127.265	2016/2017	25/10/2017	15%	0%	0%	100%	Recebíveis
BNDES B1- ITAÚ*	Financiamento do CAPEX	91.605	2016/2017	25/10/2017	15%	0%	0%	100%	Recebíveis
BNDES C1- ITAÚ*	Financiamento do CAPEX	25.870	2016/2017	25/10/2017	33%	0%	0%	82%	Recebíveis
BNDES A2- BRADESCO*	Financiamento do CAPEX	81.449	2016/2017	25/10/2017	15%	0%	0%	100%	Recebíveis
BNDES B2- BRADESCO*	Financiamento do CAPEX	58.627	2016/2017	25/10/2017	15%	0%	0%	100%	Recebíveis
BNDES C2- BRADESCO*	Financiamento do CAPEX	16.557	2016/2017	25/10/2017	33%	0%	0%	82%	Recebíveis
BNDES A3- SANTANDER*	Financiamento do CAPEX	58.542	2016/2017	25/10/2017	15%	0%	0%	100%	Recebíveis
BNDES B3- SANTANDER*	Financiamento do CAPEX	42.138	2016/2017	25/10/2017	15%	0%	0%	100%	Recebíveis
BNDES C3- SANTANDER*	Financiamento do CAPEX	11.900	2016/2017	25/10/2017	33%	0%	0%	82%	Recebíveis
Partes relacionadas									
Enel Brasil*	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	191.214	-	29/12/2015	0%	0%	0%	100%	-
Enel Brasil*	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	632.791	-	-	0%	0%	0%	100%	-
Enel Brasil 53	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	788.003	-	10/12/2019	0%	100%	0%	100%	-
Enel Brasil 54	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	100.000	-	18/06/2020	0%	0%	100%	100%	-
Enel Brasil 55	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	750.000	-	07/07/2020	0%	0%	100%	100%	-
Enel Finance International N.V.	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	750.000	-	21/12/2020	0%	0%	100%	100%	-
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	100.588	-	09/02/2018	100%	0%	0%	100%	-

* Recursos liberados e utilizados em exercícios anteriores a 2018

Os financiamentos contratados especificados na tabela acima (em R\$ mil) tiveram seus recursos liberados, nos respectivos períodos demonstrados, com o objetivo de financiar projetos de investimentos relacionados a conexão de novos clientes, expansão da rede elétrica no Estado do Rio de Janeiro, melhoria da qualidade do serviço e combate ao furto e perdas de energia. Os percentuais não liberados relativos a BNDES contratados nos anos anteriores a 2020 refere-se a investimentos descritos inicialmente no plano de investimentos da Companhia, cuja execução não foi realizada em decorrência da substituição por outros projetos prioritários não contidos no projeto de financiamento ou por adiamento no prazo de execução dos projetos, o que tornou inviável a comprovação do investimento para permitir a liberação dos recursos por parte dos financiadores dentro dos prazos estabelecidos.

Os empréstimos captados foram utilizados para financiar capital de giro e, eventualmente, refinanciar dívidas com vencimentos no curto prazo.

Exercício social findo em 31/12/2020

Neste exercício, a Companhia desembolsou R\$ 450 milhões de recursos contratados junto a instituições financeiras (BNP e SCOTIABANK), para financiar capital de giro da Companhia.

Exercício social findo em 31/12/2019

Neste exercício, a Companhia desembolsou R\$ 600 milhões de recursos contratados junto a instituições financeiras (BNP e SCOTIABANK), para financiar capital de giro da Companhia.

Exercício social findo em 31/12/2018

Neste exercício, a Companhia desembolsou R\$ 87 milhões de recursos contratados junto ao BNDES, para financiar investimentos realizados pela Companhia, principalmente, na expansão e melhoria da rede elétrica, dentre outros projetos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**c) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**
AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A
BALANÇOS PATRIMONIAIS - ATIVO
(Valores expressos em milhares de reais)

	Exercícios findo em:						Variações	
	Análise Vertical		Análise Vertical		Análise Vertical		Análise Horizontal	
	31/12/2020	(%)	31/12/2019	(%)	31/12/2018	(%)	2020 vs. 2019	2019 vs. 2018
Ativos								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	566.686	4,87%	303.062	2,87%	267.076	2,75%	86,99%	13,47%
Títulos e valores mobiliários	129.555	1,11%	106.258	1,01%	81.777	0,84%	21,92%	29,94%
Consumidores e outras contas a receber	1.843.952	15,84%	1.468.059	13,89%	914.449	9,43%	25,60%	60,54%
Ativo financeiro setorial	-	0,00%	138.062	1,31%	229.300	2,36%	-	-
Subvenção CDE - desconto tarifário	22.015	0,19%	295.867	2,80%	322.098	3,32%	-92,56%	-8,14%
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	38.044	0,33%	30.925	0,29%	-	0,00%	-	0,00%
Outros tributos compensáveis	142.473	1,22%	112.521	1,06%	145.833	1,50%	26,62%	-22,84%
Serviço em curso	41.256	0,35%	32.788	0,31%	55.270	0,57%	25,83%	-40,68%
Instrumentos financeiros derivativos - swap	330.288	2,84%	14.953	0,14%	13.766	0,14%	2108,84%	8,62%
Outros créditos	132.143	1,14%	108.455	1,03%	66.468	0,69%	21,84%	63,17%
Total do ativo circulante	3.246.412	27,89%	2.610.950	24,71%	2.096.037	21,62%	24,34%	24,57%
Não circulante								
Consumidores e outras contas a receber	44.444	0,38%	24.126	0,23%	34.593	0,36%	84,22%	-30,26%
Depósitos vinculados a litígios	257.473	2,21%	226.268	2,14%	214.571	2,21%	13,79%	5,45%
Ativo financeiro setorial	-	0,00%	26.458	0,25%	-	0,00%	-	-
Outros tributos compensáveis	106.522	0,92%	87.433	0,83%	104.458	1,08%	21,83%	-16,30%
Serviço em curso	-	0,00%	16.600	0,16%	35.596	0,37%	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - swap	3.231	0,03%	128.279	1,21%	98.364	1,01%	-97,48%	30,41%
Tributos diferidos	305.138	2,62%	276.807	2,62%	322.338	3,32%	10,23%	-14,13%
Ativo indenizável (concessão)	4.321.429	37,13%	3.613.155	34,19%	3.378.495	34,84%	19,60%	6,95%
Imobilizado	101.701	0,87%	106.893	1,01%	61.175	0,63%	-4,86%	74,73%
Intangível	2.633.051	22,62%	2.649.716	25,07%	2.673.290	27,57%	-0,63%	-0,88%
Ativos contratuais	619.469	5,32%	801.077	7,58%	677.482	6,99%	-22,67%	18,24%
Total do ativo não circulante	8.392.458	72,11%	7.956.812	75,29%	7.600.362	78,38%	5,48%	4,69%
Total dos ativos	11.638.870	100,00%	10.567.762	100,00%	9.696.399	100,00%	10,14%	8,99%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais
AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A
BALANÇOS PATRIMONIAIS - PASSIVO
(Valores expressos em milhares de reais)

	Exercícios findo em:						Variações	
	Análise Vertical		Análise Vertical		Análise Vertical		Análise Horizontal	
	31/12/2020	(%)	31/12/2019	(%)	31/12/2018	(%)	2020 vs. 2019	2019 vs. 2018
Passivo								
Circulante								
Fornecedores	1.085.352	9,33%	899.501	8,51%	758.868	7,83%	20,66%	18,53%
Empréstimos e financiamentos	925.268	7,95%	1.260.803	11,93%	1.761.231	18,16%	-26,61%	-28,41%
Obrigações por arrendamentos	15.018	0,13%	12.759	0,12%	-	0,00%	17,71%	0,00%
Debêntures	5.987	0,05%	615.915	5,83%	1.511	0,02%	-99,03%	40662,08%
Salários, provisões e encargos sociais	76.609	0,66%	38.864	0,37%	48.143	0,50%	97,12%	-19,27%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	0,00%	7.197	0,06%	-	1,24%	-100,00%	-
Outras obrigações fiscais	200.161	1,72%	195.453	1,68%	119.762	1,24%	2,41%	63,20%
Dividendos a pagar	57.987	0,50%	112.824	1,07%	87.184	0,90%	-48,60%	29,41%
Passivo financeiro setorial	301.498	2,59%	-	0,00%	-	0,00%	-	-
Encargos setoriais	39.887	0,34%	347.743	3,29%	375.897	3,88%	-88,53%	-7,49%
Instrumentos financeiros derivativos - swap	103	0,00%	6.523	0,06%	7.680	0,08%	-98,42%	-
Provisão para processos judiciais e outros	179.662	1,54%	-	0,06%	-	0,08%	-	-
Outras obrigações	108.903	0,94%	112.087	1,06%	84.657	0,87%	-2,84%	32,40%
Total do passivo circulante	2.996.435	25,75%	3.609.669	34,16%	3.244.933	33,47%	-16,99%	11,24%
Não circulante								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	0,00%	-	0,00%	454	0,00%	-	-100,00%
Empréstimos e financiamentos	2.681.857	23,04%	1.115.264	16,03%	1.250.981	12,90%	140,47%	-10,85%
Debêntures	998.943	8,58%	998.618	14,35%	597.926	6,17%	0,03%	67,01%
Obrigações por arrendamentos	26.721	0,23%	33.888	0,49%	-	0,00%	-21,15%	0,00%
Passivo financeiro setorial	87.986	0,76%	-	0,00%	6.111	0,06%	-	-
Benefícios pós-emprego	590.246	5,07%	463.222	6,66%	429.975	4,43%	27,42%	7,73%
Provisão para processos judiciais e outros	605.629	5,20%	626.392	9,00%	602.204	6,21%	-3,31%	4,02%
Instrumentos financeiros derivativos - swap	-	0,00%	4.169	0,06%	5.617	0,06%	-100,00%	-
Outras obrigações	9.164	0,08%	4.506	0,06%	269	0,00%	-	-
Encargos setoriais	50.654	0,44%	51.058	0,73%	62.378	0,64%	-0,79%	-18,15%
Total do passivo não circulante	5.051.200	43,40%	3.297.117	31,20%	2.955.915	30,48%	53,20%	11,54%
Patrimônio líquido								
Capital social	2.498.230	21,46%	2.498.230	68,24%	2.498.230	25,76%	0,00%	0,00%
Reservas de capital	23.254	0,20%	23.254	0,64%	23.254	0,24%	0,00%	0,00%
Reservas de lucros	1.068.340	9,18%	1.138.795	31,11%	976.874	10,07%	-6,19%	16,58%
Outros resultados abrangentes	1.411	0,01%	697	0,02%	(2.807)	-0,03%	102,44%	-124,83%
Total do patrimônio líquido	3.591.235	30,86%	3.660.976	34,64%	3.495.551	36,05%	-1,90%	4,73%
Total dos ativos	11.638.870	100,00%	10.567.762	100,00%	9.696.399	100,00%	10,14%	8,99%

Abaixo, os diretores comentam as variações significativas das contas patrimoniais.

Variações patrimoniais: 2020 versus 2019

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 566.686 mil) aumentou em R\$ 263.624 mil quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 303.062 mil),

A Companhia recebeu durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante total de conta – COVID de R\$ 799.490, sendo R\$ 671.810 correspondentes a ativos e passivos financeiros setoriais (sobrecontratação, CVA em constituição e neutralidade de encargos setoriais) e R\$ 127.680 correspondentes à antecipação da parcela B, sendo ambos contabilizados nos respectivos componentes tarifários.

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linha de crédito para capital de giro, imediatamente disponível por meio de contrato firmado com banco de primeira linha no valor de R\$ 80.000. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com seus controladores aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho Nº 1.923 de 01 de julho de 2020, no montante de até o qual passou a R\$ 2.700.000 dos quais, em 31 de dezembro de 2020, estavam disponíveis R\$ 685.487.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 1.316.368, possuem exigibilidade flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

Ativo Circulante (Subvenção CDE - desconto tarifário):

Esta subvenção refere-se ao valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. Em 31 de dezembro de 2020, esta conta totalizou R\$ 22.015 mil, uma diminuição de R\$ 273.852 mil em relação a 31 de dezembro de 2019 (R\$ 295.867). A variação é decorrente, principalmente, de:

(i) Compensação da obrigação Encargo CDE com Valores a receber subsídio baixa renda – CDE

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava saldo de R\$ 295.284, referente a valores em aberto do período de outubro de 2014 a abril de 2017 (Resoluções Homologatórias nos 1.711/14, 1882/15 e 2.065/16), objetos de compensação integral com valores devidos à Eletrobras/CCEE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 8 de julho de 2015, posteriormente convertida em sentença. Em 2020, após decisão transitada em julgado, a qual permitiu compensação dos referidos montantes (ativo e passivo), a Companhia efetuou a compensação dos saldos do ativo e passivo circulantes no montante total de R\$ 295.284.

Ativo Circulante e Não Circulante (Instrumentos Financeiro derivativos - SWAP):

Em 31 de dezembro de 2020, os SWAP apresentava R\$ 333.519 totalizando um aumento de R\$ 190.287 comparado 31 de dezembro de 2019 (R\$ 143.232), a variação deve-se principalmente pelo aumento do dólar que ocorreu no ano de 2020, gerando resultados positivos nos derivativos.

Ativo Não Circulante (Ativo indenizável - concessão):

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos indenizáveis da concessão do ativo não circulante totalizaram R\$ 4.321.429 mil, um aumento de R\$ 708.274 mil em relação a 31 de dezembro de 2019 (R\$ 3.613.155 mil). Esta variação foi decorrente, principalmente, do efeito de R\$ 540.851 mil de transferências do ativo intangível e R\$ 167.423 mil de marcação a mercado do ativo indenizável.

Ativo Não Circulante (Ativos contratuais)

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 4,27% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 9,23% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Passivo Circulante e Não Circulante (Obrigações por arrendamentos):

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: (i) Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Passivo Circulante e Não Circulante (Empréstimos e financiamentos, Debentures e Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP):

O aumento observado entre 2020 e 2019 no valor de R\$ 420.579 mil deve-se, principalmente por: i) novas captações no montante de R\$ 1.950 milhões para capital de giro, dos quais R\$ 850 milhões referem-se a mútuos com sua controladora Enel Brasil, R\$ 750 milhões referem-se a mútuos com a Enel Financial International e R\$ 350 milhões a dívida bancária; (iii) provisão de encargos e variações monetária de R\$ 165 milhões; compensados parcialmente, por (iv) amortizações em torno de R\$ 1.529 milhões, e pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 163 milhões ocorridos entre os períodos.

Patrimônio líquido:

Capital social

Não tivemos incremento de capital para o ano de 2020.

Variações patrimoniais: 2019 versus 2018

Ativo Circulante (Caixa e Equivalentes de caixa):

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 303.062 mil) aumentou em R\$ 35.986 mil quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 267.076 mil),

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito paracapital de giro, imediatamente disponíveis por meio de contratos firmados com bancos de primeira linha no valor de R\$180 milhões. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua controladora Enel Brasil aprovados pela Aneel até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 1,700 bilhão, dos quais, em 31 de dezembro de 2019, estavam disponíveis o montante de R\$ 721 milhões.

Ativo Circulante (Subvenção CDE - desconto tarifário):

Esta subvenção refere-se ao valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. Em 31 de dezembro de 2019, esta conta totalizou R\$ 295.867 mil, uma diminuição de R\$ 26.231 mil em relação a 31 de dezembro de 2018 (R\$ 322.098). A variação é decorrente, principalmente, de:

(i) Compensação da obrigação Encargo CDE com Valores a receber subsídio baixa renda – CDE

Os valores em aberto de novembro de 2014 até a 2017 (Resoluções homologatórias 1.703/2014, 1.861/2015, 2.023/2016 e 2.207/2017), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobrás/CCEE relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08 de julho de 2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$

295.284 (R\$ 290.885 em 2018), correspondente à parcela a repassar a CCEE decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

Ativo Circulante e Não Circulante (Instrumentos Financeiro derivativos - SWAP):

Em 31 de dezembro de 2019, os SWAP apresentava R\$ 143.232 totalizando um aumento de R\$ 31.102 comparado 31 de dezembro de 2019 (R\$ 112.130), a variação deve-se principalmente pelo aumento do dólar que ocorreu no ano de 2019, gerando resultados positivos nos derivativos.

Ativo Não Circulante (Ativo indenizável - concessão):

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos indenizáveis da concessão do ativo não circulante totalizaram R\$ 3.613.155 mil, um aumento de R\$ 234.660 mil em relação a 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.378.495 mil). Esta variação foi decorrente, principalmente, do efeito de R\$ 190.573 mil de transferências do ativo intangível e R\$ 44.087 mil de marcação a mercado do ativo indenizável.

Ativo Não Circulante (Ativos contratuais)

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 9,23% a.a no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 9,25% a.a no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Passivo Circulante e Não Circulante (Obrigações por arrendamentos):

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos em uma abordagem de transição simplificada que consiste em não apresentar os saldos comparativos para o ano anterior. Para todos os contratos de arrendamento, a Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso e passivos de arrendamento. Os contratos com prazo inferiores a doze meses ou com valor do ativo subjacente não significativo não foram analisados dentro do escopo CPC 06 (R2)/IFRS 16 conforme expediente prático determinado pela norma em questão.

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: (i) Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresenta materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Passivo Circulante e Não Circulante (Empréstimos e financiamentos, Debentures e Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP):

O aumento observado entre 2019 e 2018 no valor de R\$ 376.346 mil deve-se, principalmente por: (i) captações de recursos com o BNP, (ii) emissão de debêntures no valor de R\$ 1 bilhão; (iii) provisão de encargos e variações monetária de aproximadamente R\$ 165 milhões; compensados, por (iv) amortizações em torno de R\$ 991.557 milhões, pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 103 milhões ocorridos entre os períodos, pagamento antecipado das operações de repasse do BNDES, no montante de R\$ 719.000.

Patrimônio líquido:

Capital social

Não tivemos incremento de capital para o ano de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A seguir, os diretores comentam as variações significativas das contas de resultado.

Demonstrativo de Resultado Análise Vertical e Horizontal	Exercício social findo em 31/12/2020		Exercício social findo em 31/12/2019		Exercício social findo em 31/12/2018		Var. % 2020 x 2019	Var. % 2019 x 2018
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%		
Receita Operacional	9.878.956	100,0%	9.610.955	100,0%	8.943.974	100,0%	2,79%	7,46%
Fornecimento de Energia	7.426.748	75,18%	7.609.715	79,18%	6.949.855	77,70%	-2,40%	9,49%
Suprimento de Energia Elétrica	102.541	1,04%	100.493	1,05%	79.892	0,89%	2,04%	25,79%
Baixa Renda	58.356	0,59%	35.238	0,37%	41.461	0,46%	65,61%	-15,01%
Subvenção CDE - desconto tarifário	221.896	2,25%	207.139	2,16%	185.084	2,07%	7,12%	11,92%
Disponibilidade da Rede Elétrica	803.436	8,13%	787.317	8,19%	595.346	6,66%	2,05%	32,25%
Receita de Construção	831.999	8,42%	718.037	7,47%	669.723	7,49%	15,87%	7,21%
Ativos e passivos financeiros setoriais	333.575	3,38%	52.969	0,55%	171.317	1,92%	529,76%	-69,08%
Outras Receitas	100.405	1,02%	100.047	1,04%	251.296	2,81%	0,36%	-60,19%
Deduções da Receita	(3.654.640)	-36,99%	(3.706.669)	100,00%	(3.483.085)	-38,94%	-1,40%	6,42%
ICMS	(2.136.922)	-21,63%	(2.176.670)	-22,65%	(1.946.365)	-21,76%	-1,83%	11,83%
PIS	(150.447)	-1,52%	(149.433)	-1,55%	(137.588)	-1,54%	0,68%	8,61%
COFINS	(720.108)	-7,29%	(688.296)	-7,16%	(633.737)	-7,09%	4,62%	8,61%
ISS	(4.194)	-0,04%	(4.189)	-0,04%	(3.681)	-0,04%	0,12%	13,80%
Encargo Setorial CDE	(581.219)	-5,88%	(628.684)	-6,54%	(747.874)	-8,36%	-7,55%	-15,94%
Programa de eficiência energética e P&D	(53.277)	-0,54%	(51.309)	-0,53%	(47.039)	-0,53%	3,84%	9,08%
Taxa de Fiscalização	(8.473)	-0,09%	(8.088)	-0,08%	(7.619)	-0,09%	4,76%	6,16%
Ressarcimento P&D	-	0,00%	-	0,00%	40.818	0,46%	-	-
Receita Operacional Líquida	6.224.316	63,01%	5.904.286	61,4%	5.460.889	61,06%	5,4%	8,1%
Custo do Serviço / Despesa Operacional	(5.910.575)	-59,83%	(5.260.986)	-54,74%	(4.839.377)	-54,11%	12,35%	8,71%
Custos e despesas não gerenciáveis	(3.590.814)	-36,35%	(3.306.401)	-34,40%	(3.044.860)	-34,04%	8,60%	8,59%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.884.139)	-29,19%	(2.781.364)	-28,94%	(2.570.202)	-28,74%	3,70%	8,22%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(674.203)	-6,82%	(522.756)	-5,44%	(514.309)	-5,75%	28,97%	1,64%
Encargos dos Serviços dos Sistemas	(88.175)	-0,89%	(16.499)	-0,17%	(12.693)	-0,14%	434,43%	29,99%
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo (i)	55.703	0,56%	14.218	0,15%	52.344	0,59%	-	-
Custos e despesas gerenciáveis	(2.319.761)	-23,48%	(1.954.585)	-20,34%	(1.794.517)	-20,06%	18,68%	8,92%
Pessoal	(135.977)	-1,38%	(139.746)	-1,45%	(144.486)	-1,62%	-2,70%	-3,28%
Material e Serviços de Terceiros	(512.295)	-5,19%	(461.855)	-4,81%	(446.893)	-5,00%	10,92%	3,35%
Custo de desativação de bens	(68.745)	-0,70%	(21.641)	-0,23%	(41.468)	-0,46%	217,66%	-47,81%
Depreciação e Amortização	(435.482)	-4,41%	(417.073)	-4,34%	(314.717)	-3,52%	4,41%	32,52%
PCLD (Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(182.277)	-1,85%	(47.865)	-0,50%	(98.634)	-1,10%	280,81%	-51,47%
Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	(23.262)	-0,24%	(103.546)	-1,08%	(39.175)	-0,44%	-77,53%	164,32%
Perda de Recebíveis de Clientes	(112.988)	-1,14%	(87.339)	-0,91%	(37.810)	-0,42%	29,37%	130,99%
Custo de Construção	(831.999)	-8,42%	(718.037)	-7,47%	(669.723)	-7,49%	15,87%	7,21%
Recuperação de Perdas	13.882	0,14%	8.813	0,09%	-	0,00%	57,52%	-
Receita de multa por impontualidade de clientes	48.852	0,49%	64.711	0,67%	53.791	0,60%	-24,51%	20,30%
Outras Despesas Operacionais	(79.470)	-0,80%	(31.007)	-0,32%	(55.402)	-0,62%	156,30%	-44,03%
EBITDA	749.223	7,6%	1.060.373	11,0%	936.230	10,5%	-29,3%	13,3%
Resultado do Serviço	313.741	3,2%	643.300	6,7%	621.513	6,9%	-51,2%	3,5%
Resultado Financeiro	(237.921)	-2,41%	(220.700)	-2,30%	(351.957)	-3,94%	7,80%	-37,29%
Receita Financeira	568.395	5,75%	709.997	7,39%	951.425	10,64%	-19,94%	-25,38%
Renda de Aplicação Financeira	8.390	0,08%	20.575	0,21%	11.253	0,13%	-59,22%	82,84%
Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes	37.732	0,38%	41.205	0,43%	28.637	0,32%	-8,43%	43,89%
Variações monetárias	19.096	0,19%	10.668	0,11%	13.369	0,15%	79,00%	-20,20%
Receita financeira de ativo indenizável	167.423	1,69%	44.087	0,46%	133.617	1,49%	279,76%	-67,00%
Atualização crédito de Pis/Cofins	-	0,00%	-	0,00%	1.302	0,01%	-	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	311.413	3,15%	452.226	4,71%	754.008	8,43%	-31,14%	-40,02%
Variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	7.416	0,08%	33.923	0,35%	8.628	0,10%	-78,14%	293,17%
Ganho disputa judicial Furnas	-	0,00%	103.625	1,08%	-	0,00%	-	-
Outras receitas financeiras	21.241	0,22%	10.322	0,11%	5.054	0,06%	105,78%	104,23%
Crédito de PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(4.316)	-0,04%	(6.634)	-0,07%	(4.443)	-0,05%	-34,94%	49,31%
Despesa Financeira	(806.316)	-8,16%	(930.697)	-9,68%	(1.303.382)	-14,57%	-13,36%	-28,59%
Encargo de dívidas	(117.830)	-1,19%	(226.634)	-2,36%	(190.256)	-2,13%	-48,01%	19,12%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(245.369)	-2,48%	(63.352)	-0,66%	(64.469)	-0,72%	287,31%	-1,73%
Encargo de fundo de pensão	(30.148)	-0,31%	(31.967)	-0,33%	(33.411)	-0,37%	-5,69%	-4,32%
Juros debêntures	(48.073)	-0,49%	(84.575)	-0,88%	(42.594)	-0,48%	-43,16%	98,56%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(308.098)	-3,12%	(442.718)	-4,61%	(789.877)	-8,83%	-30,41%	-43,95%
IOF	(307)	0,00%	(4.986)	-0,05%	(9.750)	-0,11%	-93,84%	-48,86%
Encargos com vendas de recebíveis	(167)	0,00%	(13.486)	-0,14%	(102.284)	-1,14%	-98,76%	-86,82%
Custos pré-pagamento BNDES	-	0,00%	(28.063)	-0,29%	-	0,00%	-100,00%	-
Outras despesas financeiras	(56.324)	-0,57%	(34.916)	-0,36%	(70.741)	-0,79%	61,31%	-50,64%
Lucro Antes dos Tributos e Participações	75.820	0,8%	422.600	4,4%	269.556	3,0%	-82,1%	56,78%
Tributos (IR e CSLL)	(26.896)	-0,3%	(143.342)	-1,5%	(98.310)	-1,1%	-81,2%	45,81%
Lucro Líquido do Período	48.924	0,5%	279.258	2,9%	171.246	1,9%	-82,5%	63,07%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultados 2020 x 2019

A Enel Distribuição Rio encerrou o ano de 2020 com um total de 2.949.298 consumidores, com um aumento de 0,4% em relação ao total registrado em 2019. O mercado cativo da Companhia apresentou uma redução entre os períodos analisados, com destaque para a redução na base de consumidores residenciais de baixa renda, com diminuição de 97.785 consumidores. A redução observada entre os períodos analisados deve-se, principalmente, pela redução na classe comercial e industrial, decorrente da piora do cenário econômico em função da pandemia do COVID-19. Em 2020 os investimentos voltados para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 249 milhões.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Enel Distribuição Rio no ano de 2020 apresentou uma redução de 331 GWh em relação ao ano de 2019. Esta redução é decorrente, principalmente, da redução do mercado cativo, parcialmente compensado pelo aumento de consumo no segmento de clientes livres.

O consumo do mercado cativo da Companhia apresentou uma redução de 5,0% no ano de 2020 quando comparado ao ano de 2019. Esse efeito decorre, sobretudo, da redução do consumo nas classes industrial e comercial decorrente da atual pandemia do COVID-19, e consequente agravamento do contexto econômico na área de concessão, com medidas de restrição de atividade e circulação de pessoas. Em adição, contribuiu a migração de clientes para o ambiente de contratação livre ("ACL").

Com relação às rubricas mencionadas no Demonstrativo de Resultados (tabela acima), apresentamos os comentários sobre as variações relevantes observadas em comparação ao exercício anterior.

Receita Operacional

A receita operacional bruta da Enel Distribuição Rio alcançou R\$ 9,8 bilhões, montante 2,8% superior em relação ao ano de 2019. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, em 2019, alcançou o montante de R\$ 9,0 bilhões, o que representa um incremento de 1,7% (R\$ 154 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 8,9 bilhões. Este incremento é o efeito líquido dos seguintes fatores principais, destacados abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: aumento em R\$ 280,6 milhões setoriais, decorrente de constituição de ativo regulatório no período;

Receita de uso da rede elétrica – consumidores livres-revenda: Incremento em R\$ 16,1 milhões, em função da migração líquida de clientes ao ambiente de contratação livre;

Subvenção de recursos da CDE: aumento de R\$ 14,8 milhões em razão do ajuste das previsões de desconto para o próximo ciclo tarifário; e

Subvenção baixa renda: Variação positiva de R\$ 23,1 milhões, relacionada às medidas aplicadas pelo governo para mitigação dos impactos da pandemia (Medida Provisória 950).

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

Fornecimento de Energia Elétrica (redução de R\$ 167,6 milhões): Este aumento está associado ao menor volume de energia vendida no mercado cativo (8.095 GWh em 2020 vs. 8.521 GWh em 2019); e (ii) efeito positivo, de R\$ 18,4 milhões, do mecanismo de Venda de Energia Excedente – MVE registrado em 2019, que não ocorreu em 2020.

Deduções da Receita

As deduções da receita em 2020 apresentaram uma redução de 1,4% em relação ao ano anterior, registrando R\$ 3,7 bilhões. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Encargos Setoriais (redução de R\$ 45,1 milhões): em razão, principalmente, do fim da obrigação de pagamento das quotas da CDE – Conta ACR, em agosto de 2019, conforme Resolução Homologatória nº 2.521/2019.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2020 tiveram um incremento de 12,3% (R\$ 649,6 milhões), em relação a 2019. Excetuando-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesa operacional da Companhia alcançaram o montante de R\$ 5,1 bilhões, R\$ 535,6 milhões superior ao montante registrado em 2019. Estes efeitos são resultado, principalmente, das seguintes variações:

Custos e despesas não gerenciáveis apresentaram um incremento de R\$ 284,4 milhões explicado, principalmente, pelos seguintes motivos:

- Energia Elétrica comprada para Revenda (incremento de R\$ 102,8 milhões): de maiores custos com energia comprada de Itaipu, resultado da desvalorização cambial, parcialmente compensado pela menor necessidade de compra de energia (CCEE, CCEAR) e Proinfa, além da redução do risco hidrológico em comparação ao ano anterior, em linha com a redução do PLD;
- Encargos do uso do sistema de transmissão (incremento de R\$ 151,5 milhões): se explica, principalmente pelo do reajuste anual das transmissoras, que ocorre em julho.
- Encargos dos serviços dos sistemas (incremento de R\$ 30,2 milhões): em função, sobretudo de maiores restrições operativas;

Custos e despesas gerenciáveis (incremento de R\$ 365,2 milhões): excluindo o efeito de custo de construção, somaram R\$ 1,5 bilhão, R\$ 251,2 milhões maior em comparação ao valor registrado em 2019. Esta variação é resultado, principalmente:

- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (aumento de R\$ 134,4 milhões): em razão do efeito negativo provocado pela deterioração econômica registrada no trimestre decorrente da pandemia do COVID-19, além da suspensão dos cortes de energia por meio da REN 878/20, da ANEEL;
- Material e Serviços de Terceiros (incremento de R\$ 50,4 milhões): decorrente das iniciativas de adequação de processos técnicos e comerciais visando à melhoria da qualidade de atendimento e operação, além da aquisição de equipamentos de proteção individual no contexto de prevenção ao COVID-19;
- Perda de recebíveis de clientes (aumento de R\$ 25,6 milhões): decorrente do maior volume registrado com baixa de recebíveis de clientes com faturas vencidas há mais de cinco anos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior;
- Outras despesas operacionais (aumento de R\$ 48,5 milhões): reflexo parcial de (i) aumento de custos com contrato de compartilhamento de infraestrutura e recursos humanos, iniciado em março desse ano, conforme despacho Aneel nº 560/2020, (ii) de reclassificação de despesas, que antes estavam registradas na linha de serviços de terceiros e; (iii) maior despesa com multas e tributos.
- Receita de multa por impontualidade de clientes (redução de R\$ 15,9 milhões): em razão da suspensão da cobrança de multas e juros em decorrência do Plano de Contingência da Secretaria do Estado de Saúde do Rio de Janeiro, como consequência da pandemia;

Esse efeito foi parcialmente compensado por:

- Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas (redução de R\$ 80,3 milhões): decorrente da reversão de processos jurídicos devido a decisões favoráveis à Companhia, e do menor volume de processos reconhecidos em comparação ao ano anterior;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Recuperação de Perdas (aumento de 5,1 milhões): principalmente devido à decisão judicial favorável à Companhia relativa à dívida com o Estado do ano de 1994, reconhecido no 1T20.
- Despesa de pessoal (redução de R\$ 3,8 milhões): em função, sobretudo, da redução de gastos variáveis com pessoal no período de pandemia.

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Companhia atingiu o montante de R\$ 749,2 milhões no ano de 2020, o que representa uma redução de 29,3% em relação ao ano de 2019, cujo montante foi de R\$ 1,1 bilhão. A margem EBITDA ex-Receita de Construção da Companhia em 2020 foi de 13,89%, o que representa uma redução de 6,56 p.p. em relação a 2019, de 20,45%.

Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas da Enel Distribuição Rio totalizaram R\$ 237,9 milhões, R\$ 17,2 milhões superior ao registrado em 2019. As principais variações foram:

- Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (aumento de R\$ 182 milhões): por conta de decisão, em segunda instância, da restituição do valor cobrado a maior (efeito cascata) de tarifas no período do congelamento de preços estabelecido pelo Governo na década de 80;
- Renda de aplicação financeira (redução de 12,2 milhões): em decorrência, sobretudo, do menor CDI médio acumulado, de 5,96% em 2019 para 2,75% em 2020;
- Receita de variação monetária de ativos setoriais (redução de R\$ 26,5 milhões): devido ao menor saldo médio anual das CVAs ativas.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo:

- Encargos de dívidas e mútuos (redução de 70 milhões): em decorrência, sobretudo, de menor taxa de juros em 2020 e do pré-pagamento das operações com o BNDES em julho de 2019;
- Receita de ativo indenizável (aumento de R\$ 123,3 milhões): em razão, sobretudo, do aumento do IPCA que é utilizado para atualização desse ativo.

Tributos (IR/CSLL)

O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) registraram uma redução de R\$ 116,4 milhões em relação ao ano de 2019. Esta variação decorre, principalmente, da diminuição da base de cálculo desses tributos.

Lucro/Prejuízo Líquido do Período

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Enel Distribuição Rio registrou em 2020 um lucro de R\$ 48,9 milhões, R\$ 230,3 milhões inferior ao registrado no ano de 2019, cujo montante foi de R\$ 279,3 milhões. A margem líquida ex-Receita de Construção em 2020 foi de 0,91%.

Resultados 2019 x 2018

A Enel Distribuição Rio encerrou o ano de 2019 com um total de 2.938.895 consumidores, o que representa uma redução de 5,4% no número de consumidores em relação ao registrado em 2018. O mercado cativo da Companhia apresentou uma redução entre os períodos analisados, com destaque para a redução na base de consumidores residenciais de baixa renda, com diminuição de 21.407 consumidores. A redução observada entre os períodos analisados deve-se, principalmente, à exigência regulatória de atualização cadastral. Os clientes sem informação cadastral foram suspensos até regularizar sua situação junto à Companhia. Em 2019 os investimentos voltados para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 272 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Enel Distribuição Rio no ano de 2019 apresentou um incremento de 145 GWh em relação ao ano de 2018. Este incremento é o efeito combinado de (i) um maior volume de energia transportada para os clientes livres e para revenda no ano de 2019, de 108 GWh e 63 GWh, respectivamente; parcialmente compensado pela (ii) retração observada no mercado cativo da Companhia de 26 GWh. A energia transportada gera uma receita para a Enel Distribuição Rio através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

O consumo do mercado cativo da Companhia apresentou uma redução de 0,3% no ano de 2019 quando comparado ao ano de 2018. O principal fator que ocasionou essa retração no consumo foi a migração para o mercado livre de clientes industriais e comerciais.

Com relação às rubricas mencionadas no Demonstrativo de Resultados (tabela acima), apresentamos os comentários sobre as variações relevantes observadas em comparação ao exercício anterior.

Receita Operacional

A receita operacional bruta da Enel Distribuição Rio apresentou um incremento de R\$ 667 milhões em relação ao ano de 2018. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, em 2019, alcançou o montante de R\$ 8,9 bilhões, o que representa um incremento de 7,5% (R\$ 619 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 8,3 bilhões. Este incremento é o efeito líquido dos seguintes fatores principais, destacados abaixo:

Fornecimento de Energia Elétrica (incremento de R\$ 696 milhões): Este aumento está associado a Revisão Tarifária Extraordinária de 2019, aplicada a partir de 01 de abril 2019, que aumentou as tarifas dos consumidores da Enel Distribuição Rio em 7,59% em média, parcialmente compensado pela redução do consumo do mercado cativo em 0,3% (8.521 GWh em 2019 versus 8.547 GWh em 2018).

Receita de uso da rede elétrica (incremento de R\$ 192 milhões): deve-se (i) à revisão tarifária de 2019 e (ii) ao aumento de 4,5% no volume de energia vendida para o mercado livre da Companhia (2.538 GWh em 2019 versus 2.430 GWh em 2018).

Subvenção de recursos da CDE (incremento de R\$ 22 milhões): em função da diferença na homologação dos valores mensais das subvenções recebidas da CCEE pela Companhia para os ciclos 2019/2020 (R\$ 16,8 milhões/mês) e 2018/2019 (R\$ 16,0 milhões/mês).

Venda de Energia Excedente - MVE (incremento de R\$ 18 milhões): em razão da Companhia ter aderido, a partir de janeiro de 2019, ao mecanismo de venda de excedentes, conforme Resolução Normativa Nº 824, de 10 de julho de 2018.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres (incremento de R\$ 8 milhões): em função do aumento das despesas com indenizações DIC/FIC, que tomam como base os indicadores individuais de qualidade do fornecimento de energia.

Ativos e passivos financeiros setoriais (redução de R\$ 118 milhões): esta redução deve-se a menor constituição de ativos financeiros regulatórios relativo à compra de energia e outros encargos em conjunto com a maior amortização de CVA (conta de variação da parcela A) relativo a compra de energia (R\$ 264 milhões), parcialmente compensado com a reclassificação, em 2019, da receita de bandeiras tarifárias (R\$ 146 milhões), antes registrada em outras receitas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outras receitas (redução de R\$ 178 milhões): devido a reclassificação, em 2019, da receita de bandeiras tarifárias para a rubrica de ativos e passivos financeiros setoriais (R\$ 146 milhões em 2019 vs. R\$ 192 milhões em 2018). Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento das tarifas de uso mutuo devidas por empresas de telefonia e internet que utilizamos postes na prestação de seus serviços.

Deduções da Receita

As deduções da receita em 2019 apresentaram um incremento de R\$ 224 milhões em relação ao ano anterior. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

Tributos (incremento de R\$ 297 milhões): Esta variação é resultado, principalmente, do aumento da base de cálculo para estes tributos, em função do incremento observado na receita bruta da Companhia entre os períodos analisados.

Este efeito foi parcialmente compensado por:

Encargos Setoriais (redução de R\$ 74 milhões): em razão, principalmente, do fim da vigência da obrigação de pagamento das quotas da CDE – Conta ACR (Ambiente de Contratação Regulada), conforme Resolução Homologatória N° 2.521/2019.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2019 alcançaram R\$ 5,2 bilhões, um incremento de R\$ 422 milhões em relação ao ano de 2018. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesa operacional, em 2019, alcançaram o montante de R\$ 4,54 bilhões o que representa um incremento de R\$ 373 milhões em relação ao ano de 2018, cujo montante foi de R\$ 4,17 bilhões. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

Custos e despesas não gerenciáveis apresentaram um incremento de R\$ 262 milhões explicado, principalmente, pelos seguintes motivos:

- Energia Elétrica comprada para Revenda (incremento de R\$ 211 milhões): deve-se, basicamente, ao aumento da demanda entre os períodos analisados.
- Encargos do uso do sistema de transmissão (incremento de R\$ 8 milhões): se explica, principalmente pelo incremento na tarifa do custo do uso do sistema de transmissão.
- Ressarcimento de encargos/Encargos dos serviços dos sistemas (redução da receita em R\$ 38 milhões): decorrente de redução no ressarcimento do encargo da CONER – Conta de Energia Reserva. Ressalta-se que o resultado líquido entre o ressarcimento e os encargos de serviço do sistema são integralmente repassados aos consumidores via tarifa.

Custos e despesas gerenciáveis (incremento de R\$ 160 milhões). Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2019, alcançaram o montante de R\$ 1,24 bilhões, o que representa um incremento de 9,9% (R\$ 112 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 1,12 bilhões:

- Material e Serviços de Terceiros (incremento de R\$ 15 milhões): deve-se ao aumento dos serviços referentes a manutenção da rede elétrica, parcialmente compensado pela finalização de alguns projetos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e serviços no primeiro trimestre de 2019, o que gerou o encerramento de alguns contratos de terceiros.

- Depreciação e Amortização (incremento de R\$ 102 milhões): decorre do (i) aumento da base de ativos, reflexo de maior volume de investimentos realizados ao longo do último ano; e de (ii) ajuste referente a ativos financeiros indenizáveis não reconhecidos pela Aneel, os quais foram transferidos para ativo intangível da concessão. Com isso foi realizado também o ajuste de depreciação desses ativos retroagindo a setembro de 2018.
- Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas (incremento de R\$ 64 milhões): decorre de (i) reavaliação de alguns processos cíveis, cuja avaliação de risco passou de possível/remoto para provável; e do (ii) ingresso de novas contingências cíveis, envolvendo demandas judiciais relativas à rede elétrica e ao fornecimento de energia.
- Perda de recebíveis de clientes (incremento de R\$ 50 milhões): em função do aumento de baixa de recebíveis de clientes com faturas vencidas há mais de cinco anos, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Esse efeito foi parcialmente compensado por:

- Custo de Desativação de Bens (redução de R\$ 20 milhões): pelo maior volume de investimentos ao longo de 2018, que gerou desativação de bens não totalmente depreciados.
- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (redução de R\$ 51 milhões): em razão da reversão de provisão para cobrir possíveis perdas com créditos de clientes com TOI (termo de ocorrência de irregularidade). Após análise da base histórica desses clientes identificou-se que os mesmos apresentaram melhoria em seu perfil de crédito. Este efeito foi parcialmente compensado pelo fim da operação de venda de recebíveis, uma vez que estabase de clientes passou a ser considerada no cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.
- Outras receitas/despesas operacionais (redução de R\$ 24 milhões): principalmente em função de (i) reclassificação das despesas dos arrendamentos mercantis operacionais, as quais eram registradas como outras despesas operacionais e passaram a ser registradas como amortização do direito de uso (R\$ 7 milhões); (ii) redução no custo com sistemas compartilhados (R\$ 2 milhões) e (iii) redução de despesas com ajustes de diferenças identificadas em inventário (R\$ 6 milhões).
- Recuperação de Perdas (incremento de R\$ 8 milhões): devido à decisão judicial favorável a Companhia relativa a uma dívida com o Estado do ano de 1994.
- Receita de multa por impontualidade de clientes (incremento de R\$ 11 milhões): em função de maior cobrança de multas e juros de mora de clientes em relação ao mesmo período do ano anterior.

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Companhia atingiu o montante de R\$ 1.060 bilhão no ano de 2019, o que representa um aumento de R\$ 124 milhões em relação ao ano de 2018, cujo montante foi de R\$ 936 milhões. A margem EBITDA ex- Receita de Construção da Companhia em 2019 foi de 20,45%, o que representa um incremento de 0,91 p.p. em relação a 2018, de 19,54%.

Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas da Enel Distribuição Rio encerraram o exercício de 2019 em R\$ 221 milhões, uma redução de R\$ 131 milhões em relação ao ano anterior. Esta redução é o efeito líquido das seguintes variações:

- Renda de Aplicação Financeira (incremento de R\$ 9 milhões): em função de maior volume de caixa médio aplicado entre os períodos analisados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes (incremento de R\$ 13 milhões): decorrente de maior efetividade nas ações de negociação e cobrança aos clientes.
- Variações monetárias de ativos financeiros setoriais (incremento em R\$ 25 milhões): decorrente de maior saldo médio de ativos financeiros setoriais líquido entre os períodos analisados.
- Ganho disputa judicial Furnas (incremento de R\$ 104 milhões): em decorrência de uma decisão judicial favorável à Companhia referente a nulidade das Portarias DNAE nºs. 36, 37, 40, 49 e 75, de 1986, as quais estabeleciam novas tarifas para Furnas e novas tarifas de repasse para Itaipu. Essas portarias violaram os Decretos-Lei nºs. 2.283 e 2.284, de 27 de fevereiro de 1986 e 10 de março de 1986, respectivamente, que instituíram congelamento de preços no âmbito do então Plano Cruzado.
- Encargos com vendas de recebíveis (redução de despesa em R\$ 89 milhões): em razão do fim da operação de venda de recebíveis.
- IOF/IOC (redução de R\$ 5 milhões): decorrente da redução no número de operações intercompany.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- Receita de ativo indenizável (redução de receita em R\$ 90 milhões): reflete a baixa de atualização financeira sobre os ativos financeiros indenizáveis, os quais não foram reconhecidos pela Aneel durante o processo de revisão tarifária no montante de R\$ 90 milhões.
- Custo pré-pagamento BNDES (incremento de R\$ 28 milhões): devido ao pagamento antecipado das operações de repasse BNDES contraídas em 2011, 2014 e 2017 com o objetivo de otimizar gastos financeiros. O diferencial de custos entre a nova operação realizada e as operações pagas antecipadamente absorverá esse custo de pré-pagamento, assegurando benefícios econômicos para a companhia no futuro.

Tributos (IR/CSLL)

O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) registraram um incremento de R\$ 45 milhões em relação ao ano de 2018. Esta variação decorre, principalmente, do aumento da base de cálculo desses tributos.

Lucro/Prejuízo Líquido do Período

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Enel Distribuição Rio registrou em 2019 um lucro de R\$ 279 milhões, R\$108 milhões superior ao registrado no ano de 2018, cujo montante foi de R\$ 171 milhões. A margem líquida ex-Receita de Construção em 2019 foi de 5,38%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Comentários dos Diretores

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia dos exercícios findos em 2020, 2019, 2018 é composta essencialmente pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão. A tarifa cobrada dos consumidores é definida anualmente pela ANEEL, sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita da Ampla. Além disso, o volume de energia faturado da base de clientes da Companhia reflete as mudanças na economia do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da Ampla). Os Diretores entendem que o consumo e a demanda de energia elétrica na área de concessão e as tarifas de energia elétrica são fatores fundamentais que influenciam os resultados, uma vez que são diretamente dependentes do desempenho da economia. O consumo de energia apresenta forte correlação com a atividade econômica, produção industrial, nível de renda e disponibilidade de crédito e condições climáticas (principalmente no caso de temperaturas elevadas). Os mecanismos de reajustes e revisões das tarifas consideram variáveis macroeconômicas, principalmente a inflação, medida pelos índices IGP-M e IPCA. Estes indicadores, entre outros, também reajustam boa parte dos contratos de prestação de serviços da Companhia. Além destes indicadores, a evolução das taxas de juros impacta o resultado financeiro.

Os resultados das operações da Companhia são significativamente afetados por inúmeros fatores, inclusive: alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia; alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL; disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado; condições econômicas no Brasil em geral e na área de concessão da Companhia; mudanças na regulação e legislação do setor elétrico; resultados das disputas judiciais e contingências.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

2020

Em 2020, o resultado operacional da empresa sofreu os impactos da pandemia da Covid-19. Conforme os efeitos da COVID-19 avançaram e tornaram-se pandêmicos, a Companhia observou uma tendência crescente em sua provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, parcialmente explicado pela crise financeira, principalmente a deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da COVID-19. Diversos estados e municípios, adotaram e ainda adotam o distanciamento social, o que, por sua vez, tem causado a deterioração de diversos setores da economia, colocando em dificuldades financeiras e operacionais empresas de pequeno e médio porte e, conseqüentemente, aumentando o desemprego. Diante dessa situação, a Companhia tem implementado ações para aumentar a eficiência e a arrecadação de contas de energia em atraso.

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio da resolução normativa 878/2020. Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores residenciais e de serviços essenciais, entre outras situações específicas, e (ii) a suspensão temporária de algumas exigências regulatórias, tais como a suspensão do atendimento presencial ao público e permissão de substituição de faturas impressas por eletrônicas, priorizando os meios digitais, os atendimentos de urgência/emergência e a manutenção do fornecimento de energia elétrica nas instalações, assim como os pedidos de ligação ou aumento de carga para locais de tratamento da população e os que não necessitem de obras para efetivação.

Além disso, com o intuito de minimizar os impactos da pandemia e proporcionar liquidez para as distribuidoras, o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020 autorizou a criação da CONTA-COVID, cuja gestão será da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Um montante de R\$ 799,5 milhões foi recebido integralmente pela Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A receita pelo Fornecimento de Energia Elétrica atingiu um montante de R\$ 7.427 milhões, resultado do menor volume de energia vendida no mercado cativo (8.095 GWh em 2020 vs. 8.521 GWh em 2019), decorrente

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

sobretudo, da redução do consumo nas classes industrial e comercial decorrente da atual pandemia do COVID-19, e consequente agravamento do contexto econômico na área de concessão, com medidas de restrição de atividade e circulação de pessoas, conforme já mencionado.

Esse efeito foi parcialmente compensado pelo aumento no transporte aos clientes livres, de 2.538 GWh em 2019 para 2.643 GWh em 2020, resultado, basicamente, da migração de clientes ao ambiente de contratação livre. Além disso, o efeito percebido do reajuste tarifário, homologado em 10 de março de 2020, foi de +2,71%.

2019

Em 2019, a receita pelo Fornecimento de Energia Elétrica atingiu um montante de R\$ 7.609 milhões, resultado da Revisão Tarifária Extraordinária de 2019, aplicada a partir de 01 de abril 2019, que aumentou as tarifas dos consumidores da Enel Distribuição Rio em 7,59% em média, o que também impactou a receita de uso da rede elétrica, com incremento de R\$ 192 milhões.

Esse efeito foi parcialmente compensado pela reclassificação, em 2019, da receita de bandeiras tarifárias para a rubrica de ativos e passivos financeiros setoriais, com redução de R\$118 milhões. Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento das tarifas de uso mútuo devidas por empresas de telefonia e internet que utilizam os postes na prestação de seus serviços.

2018

Em 2018, a receita pelo fornecimento de energia elétrica atingiu um montante de R\$ 6.950 milhões, resultado do reajuste tarifário de 2018, que passou a vigorar a partir de 15 de março de 2018, gerando um incremento médio de 21,04% nas tarifas da Companhia.

Outro fator que impactou a receita em 2018 foram os repasses de bandeiras tarifárias, registrados em outras receitas. Estes repasses geraram um aumento na receita operacional bruta em cerca de R\$ 182 milhões, os quais foram parcialmente compensados com os custos de ressarcimentos a clientes no montante R\$ 26 milhões em 2018, os quais também são registrados em outras receitas.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volume e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia podem ser impactadas por oscilações no consumo e demanda de energia elétrica, e pelas tarifas de energia, reajustadas segundo os mecanismos previstos no Contrato de Concessão da Ampla e regulados pela Aneel. Tais mecanismos preveem revisões tarifárias a cada cinco anos, em que as tarifas são calculadas visando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, cobertura de seus custos e retorno sobre investimentos. Entre as revisões tarifárias, ocorrem reajustes tarifários anuais, que visam a repassar para as tarifas as variações nos custos não gerenciáveis da concessionária, e garantir o repasse da inflação.

Ademais, as receitas da Companhia podem ser impactadas por variações no mix de vendas em função do crescimento diferenciado entre as classes de consumo (residencial, comercial, industrial, rural e outras), que apresentam tarifas diferenciadas.

Além desses fatores, alterações no ambiente regulatório também podem impactar a receita da Companhia.

Bandeiras Tarifárias

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: a tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: acréscimo de R\$ 13,43/MWh;
- Bandeira vermelha: Patamar 1: acréscimo de R\$ 41,69/MWh, Patamar 2: acréscimo de R\$ 62,43/MWh













10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em maio de 2018, um novo critério de acionamento das bandeiras tarifárias entrou em vigor, decorrente da audiência pública nº 061/17, que discutiu a revisão da metodologia das bandeiras e dos valores de suas faixas de acionamento.













Em função da pandemia, a ANEEL decidiu, por meio do Despacho nº 1.511/20, suspender, em caráter excepcional e temporário, a aplicação das Bandeiras Tarifárias e acionar a bandeira verde até 31 de dezembro de 2020. Desta forma, de junho a dezembro, não existiu definição de PLD gatilho pela CCEE para as bandeiras tarifárias.

Contudo, diante de condições hidroenergéticas adversas, em 30 de novembro de 2020, por meio do Despacho nº 3.364/20, a ANEEL decidiu revogar o Despacho nº 1.511/20 e reativou o sistema das bandeiras tarifárias, que retornou sua vigência a partir de 1º de dezembro de 2020 com o acionamento da bandeira vermelha - patamar 2.

As bandeiras tarifárias que vigoraram no ano de 2019 e 2020, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2019	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarela	Verde	Amarela	Vermelha 1	Vermelha 1	Amarela	Vermelha 1	Amarela
PLD gatilho - R\$/MWh	116,53	283,16	286,02	167,83	114,92	42,35	175,44	224,19	200,18	233,59	292,87	225,92

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

2020	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Amarela	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Vermelha 2
PLD gatilho - R\$/MWh	291,00	185,56	57,23	39,68	39,68							

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 17 de dezembro de 2019, a Resolução Homologatória n.º 2.655 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2020. O PLD máximo foi fixado em R\$ 559,75/MWh e o valor mínimo em R\$ 39,68/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2020.

Em 15 de dezembro de 2020, a Resolução Homologatória n.º 2.828 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2021. O PLD máximo foi fixado em R\$ 583,88/MWh e o valor mínimo em R\$ 49,77/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2021.

Reajuste Tarifário 2020

Em 10 de março de 2020, a ANEEL homologou o reajuste tarifário da Enel Distribuição Rio, a partir de 15 de março de 2020. O resultado levou ao efeito médio percebido pelos consumidores de 2,71%, sendo 3,38% para os consumidores conectados em alta tensão e 2,48% para os conectados em baixa tensão. O reajuste foi homologado por meio da resolução homologatória nº 2.666 e vigorará de 15 de março de 2020 a 14 de março de 2021.

Reajuste Tarifário 2019

De acordo com seu contrato de concessão, a cada 5 (cinco) anos, a Companhia passa pelo processo de revisão tarifária periódica. Em 12/03/19, a Aneel aprovou o reajuste tarifário da Enel Distribuição Rio. O reajuste para consumidores de baixa tensão, em sua maioria clientes residenciais, foi de 9,72%, e para os clientes de média e alta tensão, em geral indústrias e grandes comércios, o índice aprovado foi de 9,65%. O reajuste que foi homologado por meio da resolução homologatória nº 2.519 resultou, em média, de 9,70% e

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

vigorou de 15 a 31 de março de 2019.

Revisão Tarifária Extraordinária 2019

A revisão extraordinária foi necessária devido à decisão da Diretoria da Aneel do dia 20 de março de 2019, que autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) a concluir o acordo com grupo de oito bancos para antecipar aquitação da chamada CDE Conta-ACR para setembro de 2019. Assim, os consumidores deixaram de realizar os desembolsos mensais para a conta a partir de outubro de 2019. Esses efeitos foram refletidos na tarifa da Enel Distribuição Rio, por meio da resolução homologatória nº 2.523, que passou o efeito médio percebido pelos consumidores de 9,70% a 7,59%, com vigência de 01 de abril de 2019 a 14 de março de 2020. A revisão para consumidores de baixa tensão alterou o aumento de 9,72% para 7,49% e para os clientes de média e alta tensão o índice aprovado de 9,65% para 7,89%.

Revisão Tarifária 2018

De acordo com seu contrato de concessão, a cada 5 (cinco) anos, a Companhia passa pelo processo de revisão tarifária periódica. Em 2018, a Companhia passou pela quarta revisão tarifária periódica aprovada em caráter provisório, em virtude dos valores provisórios da Base de Remuneração Regulatória, aplicada a partir de 15 de março de 2018. A revisão tarifária média foi de 21,04%, conforme homologado na Resolução Homologatória nº 2.377, de 13 de março de 2018, com vigência de 15 de março de 2018 a 14 de março de 2019. Para os consumidores de baixa tensão, houve um aumento em torno de 21,46%. Já para os clientes de média e alta tensão, o reajuste foi cerca de 19,94%.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Além dos itens referentes aos volumes e mix de consumo e demanda de energia elétrica, e dos efeitos das variações das tarifas elencados no item 10.2. b, o resultado operacional da Ampla é influenciado pelo impacto da inflação e variação de preços de commodities sobre os custos e despesas operacionais da Companhia, notadamente com os custos de pessoal e com contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais. A inflação e a taxa de juros afetam os negócios, essencialmente, pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de algumas dívidas a serem corrigidos pela inflação e/ou estarem atrelados à taxa de juros básica.

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada. As oscilações nos preços da energia comprada e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL são reconhecidos nas tarifas cobradas dos consumidores. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de inflação. A companhia possui um contrato de compra de energia bilateral, cuja tarifa tem entre seus índices de reajuste o dólar. Contudo, as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira que não esteja totalmente coberta com instrumentos derivativos.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável em razão da Companhia não ter introduzido ou alienado segmento operacional. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável em razão de não ter havido constituição, aquisição ou alienação de participação societária no período. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 Comentários dos Diretores sobre:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

2020

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 estão evidenciadas a seguir:

a) Alterações ao CPC 00 (R2) | Conceptual Framework – Estrutura conceitual para relatório financeiro

O CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como Conceptual Framework, foi alterado com o objetivo de refletir os conceitos ajustados pelo IASB, como a seguir:

- (i) Melhoria quanto às definições acerca do objetivo do relatório financeiro, ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- (ii) Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas demonstrações financeiras (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- (iii) Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e
- (iv) Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras e notas explicativas, bem como a definição de materialidade.

As alterações estabelecidas pela norma mencionada foram, quando aplicável, devidamente adotadas pela Companhia.

b) Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos | IFRS 16 - Leases

O CPC 06 (R2) equivalente à norma internacional de contabilidade, IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

- (i) A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:
- (ii) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (iii) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (iv) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

c) Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidenciação e instrumentos financeiros | IFRS 07 – Financial instruments: Disclosures e 09 – Financial Instruments

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

resultou na alteração das IFRS 07 e IFRS 09. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

O Companhia possui um empréstimo sujeito à taxa variável, vinculada à LIBOR, no montante de R\$ 501.282 (vide nota explicativa nota explicativa nº 22) com vencimento em 2021. A Companhia designou operação de hedge de fluxo de caixa de juros e variação cambial substituindo o risco atrelado à LIBOR por indexador de juros nacional e de acordo com as políticas de riscos do Grupo no Brasil (vide nota explicativa nº 30). Tal designação permite a manutenção da contabilização de hedge mesmo que haja incerteza sobre a reforma da taxa de juros referencial, essa assertiva é ainda corroborada pelo vencimento e materialidade das operações acima mencionadas.

A Companhia avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos e alterados até 31 de dezembro de 2020, efetivos ou não para o exercício a que essa demonstração financeira se refere e não identificou qualquer impacto material para suas demonstrações contábeis.

2019

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não vigente. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

CPC 06 (R2) | IFRS 16 –Arrendamentos

A norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas Demonstrações Contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) com o efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro 2019, utilizando os expedientes práticos que isenta a aplicação para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo de duração inferior ou igual a 12 meses a partir da data de adoção inicial (curto prazo), e (ii) arrendamento para qual o ativo subjacente é de baixo valor, como celulares, impressoras e equipamentos de autoatendimento. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo pelo reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme conciliação demonstrada a seguir:

<u>Impacto na adoção inicial:</u>	Terreno	Imóveis	Veículos	Total
Pagamentos mínimos de arrendamento para os contratos	1.008	60.770	3.176	64.954
Impacto da taxa de desconto	(175)	(15.888)	(218)	(16.281)
Ativo de direito de uso	833	44.882	2.958	48.673
Passivo de arrendamento	833	44.882	2.958	48.673

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais são reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. O quadro a seguir demonstra os impactos no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Impacto sobre a demonstração do resultado – aumento (redução) das despesas:****31.12.2019**

Despesa com depreciação e amortização	11.465
Despesa de arrendamento operacional incluída em serviços de terceiros e outras receitas e despesas operacionais	(12.967)
Resultado do serviço (Lucro bruto)	(1.502)
Despesas financeiras	4.298
Impacto de tributos e contribuições sociais diferidos	(950)
Total - impacto na despesa líquida	1.846

Com relação ao fluxo de caixa, o impacto foi um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais e uma redução nas atividades de financiamento, uma vez que as amortizações das parcelas relacionadas ao principal dos passivos de arrendamentos são classificadas como atividades de financiamento.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado;

Instrumentos financeiros - disponíveis para venda; Contingências e Benefício a empregados.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas, benefícios pós-emprego, intangível (amortização) e instrumentos financeiros.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis.

2018

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, visto que a Companhia já adotou as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado;

Instrumentos financeiros - disponíveis para venda;

Contingências e Benefício a empregados.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas, benefícios pós-emprego, intangível (amortização) e instrumentos financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis;

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não vigente.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

CPC 06 (R2) | IFRS 16 –Arrendamentos

A norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas Demonstrações Contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) com o efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro 2019, utilizando os expedientes práticos que isenta a aplicação para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo de duração inferior ou igual a 12 meses a partir da data de adoção inicial (curto prazo), e (ii) arrendamento para qual o ativo subjacente é de baixo valor, como celulares, impressoras e equipamentos de autoatendimento. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo pelo reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme conciliação demonstrada a seguir:

<u>Impacto na adoção inicial:</u>	Terreno	Imóveis	Veículos	Total
Pagamentos mínimos de arrendamento para os contratos	1.008	60.770	3.176	64.954
Impacto da taxa de desconto	(175)	(15.888)	(218)	(16.281)
Ativo de direito de uso	833	44.882	2.958	48.673
Passivo de arrendamento	833	44.882	2.958	48.673

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais são reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. O quadro a seguir demonstra os impactos no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

<u>Impacto sobre a demonstração do resultado – aumento (redução) das despesas:</u>	31.12.2019
Despesa com depreciação e amortização	11.465
Despesa de arrendamento operacional incluída em serviços de terceiros e outras receitas e despesas operacionais	(12.967)
Resultado do serviço (Lucro bruto)	(1.502)
Despesas financeiras	4.298
Impacto de tributos e contribuições sociais diferidos	(950)
Total - impacto na despesa líquida	1.846

Com relação ao fluxo de caixa, o impacto foi um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais e uma redução nas atividades de financiamento, uma vez que as amortizações das parcelas relacionadas ao principal dos passivos de arrendamentos são classificadas como atividades de financiamento.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela CVM e pelo CPC, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As políticas, práticas e critérios contábeis foram

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

consistentemente adotados no preparo dessas Demonstrações Financeiras, em todos os períodos apresentados.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**2020**

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2019

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2018

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não- circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Os diretores esclarecem que a preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. A seguir, os Diretores apresentam e comentam apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

- Tributos diferidos sobre os lucros

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os Diretores declaram que os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. O tributo diferido passivo é reconhecido integralmente. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano Estratégico da Companhia. Esse plano contém as principais premissas que suportam a mensuração dos lucros tributáveis futuros que são: i) tarifa de energia; ii) crescimento da demanda; iii) resultado financeiro líquido

- Provisão para crédito de liquidação duvidosa

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, inclusive de setores específicos, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

- Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

- Avaliação da perda do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível

Os Diretores consideram que existem incertezas relacionadas com as premissas utilizadas na mensuração do valor recuperável do ativo, inclusive recuperabilidade dos custos de desenvolvimento.

- Mensuração dos benefícios definidos:

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- (i) Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

governo brasileiro;

- (ii) Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos. Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;*
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;*
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;*
- iv. contratos de construção não terminada;*
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos;*

Não aplicável, considerando que não há itens que não estão refletidos no balanço patrimonial que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante na condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não detém outros itens relevantes não evidenciados em suas demonstrações financeiras referentes aos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

O plano de investimentos da Companhia está focado em projetos que visam à melhoria de qualidade do sistema e atender o crescimento de mercado com a exigência de novas conexões.

Em 2020 os investimentos voltados para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 249,5 milhões.

Investimentos na qualidade do serviço com ênfase em tecnologia e no combate as perdas de energia também estão entre as prioridades da Companhia.

Os investimentos previstos para o exercício de 2021 não estão aqui divulgados, uma vez que a Companhia não realiza divulgação de projeções para o mercado.

Segue abaixo os investimentos realizados referentes aos três últimos exercícios sociais:

Investimentos	2020	2019	2018
Novas Conexões	249.495	271.711	239.261
Rede	297.467	245.351	366.110
Combate às Perdas	140.638	54.427	94.315
Qualidade do Sistema Elétrico	156.829	190.924	271.795
Outros	224.958	207.428	67.081
Total Investido (1)	771.920	713.076	673.105
Aportes / Subsídios	(2.297)	(3.166)	(27.252)
Investimento Líquido	769.623	709.910	645.853

(1) Valor de 2020 não considera variações em estoque

Novas Conexões (Crescimento Vegetativo).

Constituem o atendimento a clientes de demanda em pontos distintos das instalações de extensão de novas conexões.

Qualidade do Sistema Elétrico

Referem-se aos projetos voltados à melhoria da qualidade do fornecimento a clientes, para cumprimento aos padrões estabelecidos pelo órgão regulador mediante regulamentações de qualidade de serviço. Neste caso, fundamentalmente, incluem-se os projetos de investimento para melhorar ou aumentar a capacidade das instalações existentes.

Combate às Perdas

Projetos orientados a redução das perdas técnicas e das perdas comerciais (fraudes, anomalias em medições etc.). Trata-se de projetos para aplicação de novas tecnologias nas construções de redes em substituição das redes existentes, cujo efetivo seja melhorar a efetividade do controle de perdas.

Outros

Este conceito se aplica a todos os projetos de investimentos comerciais (diferente dos sistemas informáticos) e projetos gerais como as melhorias nas propriedades, aquisição de móveis, equipamentos de escritório, equipamentos de ar condicionado e qualquer outro projeto que não se inclua nos itens acima.

A Companhia possui um portfólio de investimentos estável ao longo dos anos, tendo em vista a maturidade de seus ativos e o estágio de desenvolvimento (eficiência e benchmark) em que se encontra.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios*ii. fontes de financiamento dos investimentos;*

A Companhia financia seus investimentos com a geração de caixa provenientes de suas atividades operacionais e com recursos para financiar investimentos em demanda, extensão da rede, qualidade do sistema elétrico e combate às perdas, oriundos de fontes de financiamentos de longo prazo, operações no mercado de capitais e outras formas de financiamento, como empréstimos junto ao seu acionista controlador.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não aplicável em razão de não estar, em andamento, desinvestimento relevante, bem como não haver previsão de desinvestimentos futuros.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;

Não aplicável, considerando que não houve a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. novos produtos e serviços, indicando:*i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;**ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;**iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;**iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.*

Não aplicável, considerando não haver novos produtos e serviços em andamento.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.